

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Faculdade de Ciências Sociais
Ciências Sociais

**Cooperifa e 1daSul:
produção cultural pelo resgate do orgulho e
dignidade nas periferias paulistanas**

Projeto temático: *Ecopolítica: governamentalidade planetária,
novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.*

Alexandre Arbex
Orientador: Prof. Dr. Edson Passetti

CNPq
Agosto, 2013
SÃO PAULO

SUMÁRIO

1.	Relatório de Atividades	4
1.1	Atividades Relacionadas ao Projeto de Pesquisa.....	4
1.2	Atividades Relacionadas ao Projeto Temático.....	5
1.3	Atividades Relacionadas ao Grupo de Pesquisa.....	8
2.	Relatório Científico.....	10
2.1	Apresentação Relatório Científico.....	10
2.2	Resultados Preliminares.....	12
2.2.1	Construção do discurso da alegada carência.....	12
2.2.2	O grito de fora - Mapa da violência 2013.....	15
2.2.3	O grito de dentro – As Mães de Maio.....	19
2.3	Cultura Periférica e Hip Hop.....	29
2.3.1	Pela Dignidade e União da Periferia.....	34
2.4	Conformidade com ONU e Metas mundiais	45
2.4.1	Alinhamento à agendas mundiais – <i>Instituto Pólis e Nossa São Paulo</i> ..	50
2.4.2	<i>Cultura Periférica</i> como objeto político	66
2.5	Conclusão.....	72
2.6	Bibliografia.....	78
2.7	Anexo.....	80

Resumo:

A presente pesquisa relevou a localização histórico-espacial das periferias paulistanas para o mapeamento da atuação cultural como ferramenta para melhoria de vida nessas localidades. Observou-se que essa maneira de atuar localmente está em sintonia com a busca de alternativas e melhorias graduais, expressas em grandes encontros da chamada sociedade civil organizada. Buscou-se ligações externas e internas relacionadas a essa maneira de atuar conforme as agendas e metas de governos locais e autoridades mundiais.

Assim, direcionou-se o trabalho a fim de compreender o discurso político desses mediadores culturais em suas relações com financiadores privados e com o Estado, para entender como elas funcionam complementarmente ao governo de Estado e sua atuação na região. Essas organizações encontram-se inseridas nas favelas, chamadas de *comunidades* permeadas pelo *ethos periférico*, a fim de anunciar o objetivo de promover a melhoria de vida aos moradores por meio da atividade e produção cultural.

Uma vez estabelecida a cultura periférica, ou seja, um conjunto de usos e costumes na tentativa de transformação das localidades observa-se uma espécie de aceitação em relação a essa condição. Desta maneira, as ações sociais se caracterizam como empresas voltadas para os negócios sociais, o que colabora na formação de um sujeito empreendedor de si que capitaliza a própria carência.

Palavras Chave: Produção Cultural; *ethos* periférico; empreendedorismo de si

1. Relatório de Atividades

1.1. Atividades relacionadas ao Projeto de Pesquisa

Visita à Loja 1daSul

Data: 23/11/2012

Local: Galeria do Rock/Rap 24 de Maio – Centro

Documentário: Literatura e Resistência - Ferréz

Data: 27/11/2012

IX Semana de Ciências Sociais USP

Data: 21/5/2013

Local: USP

Mesa: Da periferia ao centro: Arte e cultura como resistência -
Convidados: Tiarajú D`Andrea (sociólogo e sambista), Binho (Sarau do Binho) e
Rapper Pirata (Fórum Hip Hop).

Reunião de apresentação de IC

Data: 10/6/2013 e 11/6/2013

Local: PUC-SP

Reuniões de Orientação

Data: 24/09/12; 19/10/12; 08/11/12; 20/12/12; 22/01/13; 30/01/13; 25/2/2013;
18/04/2013; 9/5/2013; 20/6/2013.

A ida à loja de Ferréz proporcionou além de vasto material relacionado ao autor, como livros e o próprio documentário descrito abaixo, uma conversa com seu vendedor. Dita autogestionária e feita pelos e para os que moram na periferia da Zona Sul de São Paulo, não poderia ser diferente que seu vendedor fosse residente do Capão Redondo. Aproveitei para fazer algumas perguntas relacionadas à formação da *1daSul* no bairro e as consequências que ele pôde observar enquanto participante da comunidade, além opiniões quanto aos objetivos da loja e do projeto cultural de Ferréz, também atuante naquela região.

A presença na IX semana de Ciências Sociais da USP se fez necessária visto o tema da mesa tratar de forma inseparável as questões colocadas pela aqui realizada. Tornou-se possível, por meio das apresentações propostas, o contato com Binho, organizador do Sarau do Binho – atividade intimamente ligada aos projetos de Sérgio Vaz – e com um vídeo significativamente ilustrativo em relação aos Saraus periféricos em torno da cidade de São Paulo e seus cotidianos. Além do contato com a apresentação do rapper Pirata, que entre a interpretação de suas letras e manifestos permeados por uma espécie de *ethos* periférico, tratado a seguir, evidencia a realidade vivida dentro das periferias paulistanas – fonte de trabalho, muitas vezes ligados à música e produção artística apresentado pelo sambista e sociólogo Tiarajú D'Andrea, contato igualmente significativo para a pesquisa.

Da mesma maneira as reuniões de orientação, que acertaram as direções para o desenvolvimento da pesquisa e propiciaram o contato com as diversas inquietações de outros pesquisadores envolvidos, enriquecendo a experiência e o próprio trabalho. Adiante, as apresentações de seminários entre pesquisadores e orientadores, além de contribuírem para o contato com os outros temas propostos no grupo propiciaram um panorama geral e sintético da minha própria pesquisa.

1.2 Atividades relacionadas ao Projeto Temático

Aula Teatro: Saúde!

Data: 8/10/2012

Local: TUCA/PUC-SP

Colóquio Transformações da Biopolítica – PUC/SP

Local: TUCA/PUC-SP

Mesa 01 – Data: 10/10/2012

Populações e Ambientes – André Duarte (UFPR), Beatriz Carneiro (Nu-Sol), Carmem Junqueira (PUC-SP) e Astrid Ulloa (Universidade Nacional da Colômbia).

Mesa 02 – Data: 10/10/2012

Biopolítica e Segurança – Laymert Garcia dos Santos (UNICAMP), Marcos César Alvarez (USP), Peter Pál Pelbart (PUC-SP) e Thiago Rodrigues (Nu-Sol/UFF).

Mesa 03 – Data: 11/10/2012

Resiliências e Resistências – Acácio Augusto (Nu-Sol/PUC-SP), Maria Cristina Franco Ferraz (UFF), Salete Oliveira (Nu-Sol/PUC-SP) e Christian Ferrer (Universidade de Buenos Aires).

Mesa 04 – Data: 11/10/2012

Regulações e Ecopolítica – Edson Passetti (Nu-Sol/PUC-SP), Alfredo Veiga Neto (UFRGS), José Maria Carvalho Ferreira (Universidade Técnica de Lisboa) e Guilherme Castelo Branco (UFRJ).

Documentário: *Ecopolítica-Ecologia*

Data: 10/10/2012

Local: Auditório Paulo Freire/TUCA

Documentário: *Ecopolítica-Segurança*

Data: 11/10/2012

Local: Auditório Paulo Freire/TUCA

“Os campos de concentração de outrora” – Exibição do documentário *Shoah* acompanhado de conversação.

Data: 18/03/2013; 1/04/2013; 8/4/2013; 15/4/2013

Local: PUC-SP

Documentário: *Ecopolítica – Direitos*

Data: 22/4/2013

Local: PUC-SP

Aula Teatro – *Limiares da Liberdade*

Data: 21/5/2013

Local: TUCA/PUC-SP

Exposição – *Estamos todos Presos*

Data: 4/6 a 28/6/2013

Local: Museu da Cultura/PUC-SP

A participação nas mesas do *Colóquio Transformações da Biopolítica* despertaram inquietações diversas no que diz respeito à construção da verdade e das dinâmicas de poder na sociedade de controle. Do ponto de vista político, para análise e desenvolvimento da pesquisa, os conceitos de *Resiliências* — capacidade elástica de feições diversas sob impacto, deformação e nova formação na sociedade de controle, uma adequação adaptativa que por efeitos geram o apaziguamento de confrontos¹ — e *penalizações a céu aberto* — que hoje pode ser visto como uma política de penalizações e governo de condutas articulados de forma compartilhada por meio de convocações democráticas à participação da sociedade civil organizada.

Uma vez estabelecida a cultura periférica, ou seja, um conjunto de usos e costumes, valores morais e físicos na tentativa de transformação das localidades, observa-se uma espécie de aceitação em relação a essa condição. O estabelecimento do sentimento de orgulho e pertencimento de fazer parte de uma comunidade onde se alega relativa carência da presença do Estado faz com que se apaziguem os conflitos estatais em favor de melhores condições para governamentalidades. Desta maneira, as ações sociais se caracterizam como constitutivas de empresas voltadas para os negócios sociais o que colabora na formação de um sujeito empreendedor de si, que capitaliza a própria carência.

A exibição dos documentários e as exposições permitiram um maior contato com orientadores envolvidos com o Projeto Temático e com os conceitos e temas trabalhados nas pesquisas latentes em diversas experimentações. O contato com pesquisadores do fluxo *Penalizações a céu aberto*, no qual é trabalhada a pesquisa vigente, tornou possível compreender que as localidades metropolitanas ocupadas por populações pobres e miseráveis podem ser entendidas como campos de concentração, desdobramentos dos direitos humanos em direitos de minorias que contribuem para ampliação de controles

¹ OLIVEIRA, Salete. **Política e Resiliência – apaziguamentos distendidos**. Revista Ecopolítica número 4, 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13067/9568>. Acesso em: 03/03/13.

institucionalizados e exercidos a partir do Estado, em nome da renovação ou correção das desigualdades no que diz respeito ao governo de condutas orquestrado de maneira ímpar.

1.3 Atividades Relacionadas ao Grupo de Pesquisa

Leitura e Resenha de:

- Bergamin, Marta de Aguiar. *Lutas na cidade de São Paulo: Mutirão Recanto da Felicidade e Banco Comunitário União Sampaio*. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Sociologia. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cibele Saliba Rizek
- Marques Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro: Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Antropologia. Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer.
- Mães de Maio, Mães do Cárcere – A Periferia Grita. Nós por Nós. São Paulo: 2012.
- Marques, Eduardo Torres, Haroldo da Gama e Saraiva, Camila. *Favelas no Município de São Paulo: Estimativas de População para os anos de 1991, 1996 e 2000*. R . B . Estudo Urbanos e Regionais. Volume 5 , número 1, 2003.
- Bógus, Lúcia Maria Machado. *Direito à Cidade e Segregação Espacial*. Revista Perspectiva. São Paulo, 1991.
- Pasternak, Suzana. *São Paulo e suas Favelas*. Pós. Rev Programa Pós-Grad Archit Urban. FAUUSP n.19 São Paulo jun. 2006.

- Waiselfisz, Júlio Jacobo. *Mapa da Violência 2013 – Mortes matadas por arma de fogo*. Versão PDF disponível em: mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf.
Acessado em: 20 de Maio de 2013.
- SOUSA, Rafael L. - O Movimento Hip Hop: a anticordialidade da "República dos Manos" e a estética da violência. São Paulo: Annablume, 2013.

Lançamento do Livro "Política e Polícia, Controles e Penalizações de Jovens" e conversa

Data: 4/6/2013

Local: Museu da Cultura/PUC-SP

Estudo sobre:

- Instituto *Pólis*
- Programa *Rede Nossa São Paulo*
- Lei Rouanet (Lei de Incentivo à Cultura nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991)
- Trâmite do Vale Cultura

2. Relatório Científico

2.1 Apresentação Relatório Científico

No decorrer da presente pesquisa o principal objetivo foi estabelecer relações entre fontes ligadas à produção artístico-cultural que em algum ponto se interligam com os ativistas culturais da periferia Sérgio Vaz e Ferréz, nas organizações que comandam: a *Cooperifa* e a *1daSul*. A principal ferramenta de localização e pesquisa foi o Google, para assim frequentar sebos e bibliotecas e, objetivamente, realizar o levantamento bibliográfico de livros, trabalhos acadêmicos, periódicos e sítios.

Nesse primeiro levantamento mostrou-se importante a localização histórico-espacial das periferias paulistanas, assim como a atuação cultural como ferramenta para melhoria de vida nessas localidades, buscando a contextualização dessas atividades em relações externas e de maior abrangência.

Em um segundo momento, foi possível observar que essa maneira de atuar localmente está em sintonia com a busca de alternativas e melhorias graduais, expressas em grandes encontros da chamada sociedade civil organizada. Assim, buscou-se as ligações externas e internas relacionadas a essa maneira de atuar conforme as agendas e metas de governos locais e autoridades mundiais.

Mapear o funcionamento dessas formas de governo locais esclarece os efeitos das discussões levantadas nos referidos encontros. Assim, busca-se compreender o discurso político desses mediadores e agitadores culturais em suas relações com financiadores privados e o Estado para buscar como elas funcionam, complementarmente, ao governo de Estado e sua atuação na região. Essas organizações encontram-se inseridas nas favelas, chamadas de *comunidades* com alegada ausência de aparelhos estatais, a fim de anunciar o

objetivo de promover a melhoria de vida aos moradores por meio da atividade e produção cultural.

O argumento encontrado nos estudos das periferias de São Paulo foi o de que, por sua tardia urbanização, historicamente a cidade se caracterizou pela dualidade centro-periferia em sua configuração territorial. A construção do discurso de alegada ausência do Estado teria origem em sua formação moderna, na qual a alta taxa de migrantes e a falta de estrutura para comportar um aumento demográfico vertiginoso fez com que se instalassem em meio ao centro urbano cortiços e habitações classificadas como irregulares, precárias e insalubres. Em meados da década de 1940, a Administração Pública em ação conjunta à iniciativa privada iniciou um processo de higienização e sanitário que visava à eliminação dessas construções — tidas como perigosas por pestes e doenças devido à falta de infraestrutura — em função da construção de habitações, que seriam realizadas de maneira adequada e salubre, nas periferias da cidade (Nascimento, 2007).

São nessas regiões periféricas, em ocupações classificadas como ilegais ou como aglomerados subnormais — segundo o IBGE, que se instalam a maioria das favelas na cidade de São Paulo, negligenciadas pelo poder público e sempre retratadas como área de risco, com a falta de infraestrutura mínima para sobrevivência e um crescente discurso que consolida o abandono das periferias da cidade pelas políticas sociais de Estado. Em vista da dualidade geográfica-espacial que se estabeleceu na metrópole em meados do século XX, a periferia se caracterizou pela falta perpetuada a se definir por tudo aquilo que as pessoas que vivem ali não possuem. Hoje, esse discurso objetiva justificar a criação, nestas regiões da cidade, de formas de organização não governamentais e ditas autogestionárias, a fim de promover mediação entre governo e comunidade, promovendo a gestão pelas próprias pessoas do lugar. As organizações declaram-se meios para conscientizar e informar os habitantes da comunidade — antes chamada de favela — sobre o descaso do governo para com eles. Nesse

contexto, associações de moradores, ONG's e alguns projetos do governo visam formas de conter e cobrir o alegado esquecimento do Estado, e mais, por meio principalmente da produção e atividade cultural essas organizações civis visam encontrar meios de melhoria de vida das pessoas que vivem na favela.

Nessa direção, animados pela valorização da atuação da chamada sociedade civil organizada, formaram-se as organizações com a *Cooperifa* e a *1DaSul*, que anunciam como objetivo o resgate do orgulho e dos sentimentos de pertencimento e dignidade de morar nessas localidades. Para isso, promovem atividades artístico-culturais e ações que estimulam a participação dos moradores, apontando para possíveis melhorias nas vidas dessas pessoas, além disso, apresentam-se a fim de atuar na possibilidade de inversão desse discurso, objetivando definir e caracterizar a periferia, hoje, pelo que ela tem e que propicia a sua diferenciação com o centro. Como indicado acima, o que antes era uma falta a ser combatida, torna-se uma possibilidade de diferencial de mercado, capitalizando as expressões culturais, construídas como típicas da periferia. Essa capitalização opera por uma crítica ao olhar que se tem dessas localidades e transforma os reclames, protestos e descrições de precariedade e violência de seus moradores em produto a ser comercializado, gerando empregos e, conseqüentemente, acesso inclusão por meio do acesso ao consumo de bens e serviços, muitas vezes oferecidos no interior da própria comunidade.

2.2 Resultados Preliminares

2.2.1 Construção do discurso da alegada carência

O discurso sobre a relativa carência de presença do Estado nas periferias de São Paulo perpetua a distinção geográfica-espacial entre periferia e centro da cidade. O pressuposto que orienta a produção dessa verdade é a dicotomia que fixa, na região central, a população abastada financeiramente e bem estruturada

com os serviços públicos e equipamentos sociais de Estado e, de outro, trabalhadores com baixa renda mensal e moradores de regiões periféricas, distantes da atuação estatal em relação à infraestrutura e outros direitos básicos. Essa oposição opera de maneiras distintas e tem grande relevância tanto para quem mora na periferia quanto para quem não está inserido ali. A segregação espacial e de direitos aparece em diversos níveis, segundo Peçanha:

Especialmente em São Paulo, a oposição espacial centro-periferia sempre operou de forma bastante significativa para os atores sociais e acadêmicos, pois, historicamente, houve certa continuidade entre segregação espacial e de direitos na região metropolitana paulista, fazendo com que morar e ser da periferia significasse ao mesmo tempo ausência do Estado e de equipamentos urbanos. Deste modo, o termo periferia só pôde ser entendido em oposição ao centro e, mesmo depois dos anos 1990, com a produção de sucessivas centralidades (centro histórico, centro expandido a partir da Avenida Paulista e o núcleo da Avenida Berrini), persistiu uma ideia do espaço periférico como seu contrário, até porque os diferentes ciclos econômicos continuaram a empurrar os trabalhadores para as áreas mais distantes desses centros e menos providas de equipamentos públicos. (Nascimento. *Revista Rua*. Campinas: Número 16 – Volume 2, Novembro 2010, p. 112).

Na tentativa de contribuir para a compreensão da dicotomia presente na geografia da cidade de São Paulo, a ONG *Observatório de Favelas* realizou o seminário "O que é a favela, afinal?", com apoio do BNDES e do Governo Federal, a fim de afirmar o debate sobre a diversidade das formas e das dinâmicas sociais, econômicas e culturais na compreensão do que é uma favela

e, por conseguinte, na definição de parâmetros universais que orientem uma definição mais precisa para essas localidades.

O estudo sustenta que no processo de urbanização brasileiro, ao longo do processo de regulação da vida social estabelecido pelo Estado, os assentamentos em favelas, por suas características e por sua composição social tornaram-se o lugar da ilegalidade. Sob essa premissa seriam lugares que se estabelecem à margem da legalidade criada pelos grupos hegemônicos que exercem o poder político e econômico nas cidades.

Acredita-se então, sob essa ótica, que favela se constitui a partir dos seguintes pressupostos:

Insuficiência histórica de investimentos do Estado e do mercado formal, principalmente o imobiliário, financeiro e de serviços; forte estigmatização sócio espacial, especialmente inferida por moradores de outras áreas da cidade; níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho; edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, que não se orientam pelos parâmetros definidos pelo Estado; apropriação social do território com uso predominante para fins de moradia; indicadores educacionais, econômicos e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade; ocupação de sítios urbanos marcados por um alto grau de vulnerabilidade ambiental; grau de soberania por parte do Estado inferior à média do conjunto da cidade; alta densidade de habitações no território; taxa de densidade demográfica acima da média do conjunto da cidade; relações de vizinhança marcadas por intensa sociabilidade, com forte valorização dos espaços comuns como lugar de encontro; alta concentração de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo

com a região brasileira; grau de vitimização das pessoas, sobretudo a letal, acima da média da cidade. (“O que é favela, afinal?” do Observatório das favelas; Caderno de textos. Seminário O que é favela, afinal? Versão eletrônica)²

O discurso de verdade construído em torno do que é a favela está de acordo com as grandes agências que atuam em prol dos direitos humanos como a ONU e seus programas que visam à erradicação da pobreza, a cidadania para todos, o acesso a uma cultura de respeito aos direitos humanos, o combate a discriminação racial e ao racismo, a acessibilidade à justiça, educação contra o machismo e condutas que promovam as práticas adequadas de segurança pública.

2.2.2 O grito de fora – Mapa da Violência 2013

Relacionado à afirmativa do discurso construído em torno das regiões periféricas da cidade, nas quais os próprios moradores alegam ausência de aparelhos estatais, O *Mapa da Violência* foi elaborado a partir de uma série de estudos realizados pela UNESCO, por meio do CEBELA (Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos) e pela FLACSO Brasil (Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais), sob responsabilidade geral do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz. Os levantamentos contêm análises das mortes ocorridas e das especificidades das regiões do Brasil a fim de explicar os níveis verificados, assim como sua relação com as causas das mortes e seus alvos.

² Disponível em: http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/o_que_e_favela_livro.pdf. Acesso em: 04/03/2013.

A crescente atenção que o tema da violência tem recebido no país, principalmente relativo à situação das favelas brasileiras, despertou a necessidade de um estudo aprofundado em relação à criminalidade e ao uso de armas de fogo nos municípios brasileiros, tomado como base as certidões de óbito que fornecem dados de idade, sexo, estado civil, profissão, naturalidade, local de residência e, principalmente, causa da morte. A décima revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), proposta e sistematizada pela OMS traz o aspecto que interessa para o estudo no que diz respeito a mortes causadas por arma de fogo. “Trata-se de todos aqueles óbitos acidentais, por agressão intencional de terceiros (homicídios), autoprovocadas intencionalmente (suicídios) ou de intencionalidade desconhecida, cuja característica comum foi a morte causada por uma arma de fogo”³.

Como mostram os dados do estudo, entre 1980 e 2010 mais de 800 mil pessoas morreram por causas diversas consequentes do uso de Armas de Fogo, sendo que nesse período as vítimas passam de 8.710 no ano de 1980 e 38.892 em 2010, um crescimento de 346,5%. Entre os jovens de 15 a 29 anos passou de 4.415 óbitos em 1980 para 22.694 em 2010: 414% nos 31 anos entre essas datas. Porém, no passar das décadas o número oscilou: Entre 1990 e 2003 o crescimento foi em ritmo acelerado, mas regular, 7,3% ao ano. Depois do pico de 39,3 mil mortes em 2003, os números caíram para aproximadamente 36 mil, mas após 2008 permanecem em torno do número atual de 39 mil mortes por ano. Ressalta-se que no ano de 2004 foram criados o Estatuto e a Campanha

³ Mapa da Violência. 2013; pp. 7. Versão digital. Disponível em:

http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf. Acesso em: 17/10/12.

pelo Desarmamento, políticas sociais voltadas para a questão da violência e criminalidade no país⁴. (Ver Tabela 1).

A principal causa das mortes por Arma de Fogo no país, como demonstra o mapeamento, são os homicídios. No início da década de 1980 representavam 75% dos óbitos, passa por um período de crescimento vertiginoso de 1992 a 1997 e, desde lá, ainda crescendo, porém em ritmo desacelerado, atinge quase a totalidade das mortes – 94,6%, índice constatado no ano de 2010. Constata-se, assim, que desde 1980 os índices de homicídios só crescem no país com tendência à estagnação, além do fato das Armas de Fogo serem os instrumentos letais nesse tipo de morte⁵.

Em seguida, apesar da escassez de dados o estudo se predispõe a caracterizar o perfil das vítimas mortais por Arma de Fogo. Além dos dados já apresentados em relação à idade, delinea-se também a cor da pele/raça e o sexo dessas pessoas. A vitimização do sexo masculino é extremamente elevada nas mortes por arma de fogo: 93,9%, sendo que há pouca variação de tal tendência entre as causas das mortes registradas pelo SIM. Outra característica que esses registros permitem verificar é a raça/cor das vítimas, as taxas de homicídio da população preta -19,7 óbitos para cada 100 mil negros— são 88,4% maiores que as taxas brancas—10,5 óbitos para cada 100 mil brancos. Isto é, morrem, proporcionalmente, 88,4% mais negros que brancos. Já as taxas de óbitos por

⁴ Mapa da Violência. 2013; pp. 10. Versão digital. Disponível em:

http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf. Acesso em: 17/10/12.

⁵ Mapa da Violência. 2013; pp. 13. Versão digital. Disponível em:

http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf. Acesso em: 17/10/12.

Armas de Fogo dos pardos são 156,3% maiores que a dos brancos⁶. (Ver Tabela 2).

Para explicar e melhor relacionar o dado inicialmente apresentado – 800 mil mortes no período entre 1980 e 2010 –, o mapeamento se dispõe a comparar os números internacionais de mortes por Arma de Fogo além de suas relações com conflitos armados ao redor do mundo. No Brasil, em movimentos emancipatórios, guerras civis, enfrentamentos religiosos, raciais ou étnicos morreram mais pessoas (192.804) vítimas de homicídio que nos 12 maiores conflitos armados no mundo. “Mais ainda, o número de homicídios se encontra bem perto das mortes no total dos 62 conflitos armados registrados no Relatório sobre o Peso Mundial da Violência Armada. Tomando como base fontes consideradas altamente confiáveis, o Relatório constrói o quadro de mortes diretas em um total de 62 conflitos armados no mundo, registrados entre 2004 e 2007”⁷. Destaca-se no estudo que países com a mesma dimensão territorial do Brasil apresentam taxas e índices muito menores e não elevados, o que não permite atribuir os níveis brasileiros ao seu tamanho.

Apesar de Armas de Fogo ser fonte de acima de 70% dos homicídios no país, as discussões sobre o tema de seu controle, sua limitação e o desarmamento da população fatalmente culminam em duas posturas antagônicas, segundo as considerações finais do mapeamento. De um lado, o uso de Armas de Fogo pela população, diante das deficiências do aparelho de segurança pública estimularia o crime, uma vez que a autodefesa armada aumenta os riscos e os custos para a criminalidade. De outro, as Armas de Fogo

⁶ Mapa da Violência. 2013; pp. 38. Versão digital. Disponível em:

http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf.. Acesso em: 17/10/12.

⁷ Mapa da Violência. 2013; pp. 42. Versão digital. Disponível em:

http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf.. Acesso em: 17/10/12.

em mãos da população aumentaria o risco de qualquer conflito ou disputa terminar em assassinato.

2.2.3 O grito de dentro – As Mães de Maio

O livro *Mães de Maio: do Luto à Luta!* em sua introdução autodenomina-se um livro diferente dos comuns, vendidos usualmente nas livrarias. *Do luto à Luta* revela mais que a voz de mães paulistas que perderam seus filhos em confrontos com policiais da cidade, coloca-se como uma luta pela memória, verdade, justiça e liberdade por toda a sociedade. Uma sociedade “verdadeiramente sitiada, uma ditadura perpetuada que vitimou nossos filhos, cuja memória e inspiração são nosso alimento cotidiano para lutar por uma verdadeira e melhor coletividade: Para Todos(as)”⁸.

Segundo o relato, a polícia de São Paulo matar, extorquir, torturar e prender dentro da realidade das periferias e áreas de alegada carência segue acontecendo de forma cotidiana, sobretudo contra negros e pobres sob a forma de “auto de resistência” ou “resistência seguida de morte” e seguidamente tratados como “suspeitos”, “bandidos” ou “integrantes do PCC”. Entre os dias 12 e 20 de Maio de 2006 foram mais de 500 pessoas assassinadas no estado de São Paulo, em sua maioria jovens que hoje constam como mortos ou desaparecidos. Foi da dor dos parentes e amigos das vítimas surgiu o movimento.

O movimento *Mães de Maio da Democracia*, partilha em comum entre seus participantes o fato de alegarem não ser pessoas ricas e nem ocuparem nenhum cargo de poder. Seu início se deu a partir da retirada violenta de seus filhos ou

⁸ Movimento Mães de Maio. *Mães de Maio: Do Luto à Luta*. Versão Digital. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/06/livro_maes_de_maio.pdf. pp. 12

filhas do convívio familiar por agentes do Estado Brasileiro e/ou por Grupos de Extermínio ligados a ele que, em regime democrático decretaram a pena de morte de seus filhos por considerá-los “suspeitos”, pessoas descartáveis.

Em um primeiro momento, busca-se mapear as mortes que acontecem no Estado brasileiro e explicitar o que foram os crimes ocorridos naquele mês de Maio, mas dessa vez com as próprias palavras na construção do discurso por pessoas que vivem “na pele” a realidade dessas localidades.

Segundo o “Mapa da Violência de 2011”, divulgado pelo insuspeito Ministério da Justiça, entre os anos de 1998 e 2008, mais de 500 Mil pessoas foram assassinadas no país – sendo grande parte delas vítimas da violência policial. Conforme outra pesquisa, divulgada em 2009 pela Secretaria de Direitos Humanos, UNICEF e Observatórios de Favelas, a continuar no mesmo ritmo de violência, mais de 33.5 mil jovens serão executados no Brasil no curto período de 2006 a 2012.⁹

Em geral, os estudos apresentados apontam para o fato de que os jovens negros no Brasil têm uma chance três vezes maior de serem executados do que os jovens brancos. Além desse fato, aponta-se também para um índice altíssimo de mortalidade sob responsabilidade da polícia militar, dentre esses, o incidente ocorrido entre os dias 12 e 20 de Maio de 2006. Sob a ótica das *Mães de Maio* os ataques ocorridos nesse período foram colocados em responsabilidade do *Primeiro Comando da Capital* por uma construção da dita grande imprensa, e as 493 pessoas que hoje contam como desaparecidas ou mortas foram fruto de uma onda de violência cínica e mentirosa da polícia militar em resposta aos ocorridos. Um acontecimento que vitimou, sobretudo, jovens pobres – negros

⁹ Movimento Mães de Maio. *Mães de Maio: Do Luto à Luta*. Versão Digital. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/06/livro_maes_de_maio.pdf. pp.18

e afro-indígenas – executados sumariamente por policiais e grupos de extermínio ligados ao Estado. A *Rede Contra Violência*¹⁰ - explicitada adiante - denominou esses tipos de acontecimentos como “A Era das Chacinas”, iniciada com a Chacina de Acari, em 1990, e nesse sentido ressalta-se que entre os envolvidos não há casos de investigação ou punição de policiais conforme orienta lei.

A partir do fato ocorrido no mês de Maio nasceu, então, essa rede de mães, familiares e amigos de vítimas da violência – principalmente policial – na cidade de São Paulo. O movimento tem a missão de buscar a justiça e a verdade não só em relação aos crimes ocorridos em 2006, mas “em relação aos crimes contra as populações negras, pobres, indígenas e contra os movimentos sociais, além das vítimas do massacre contínuo que o estado pratica historicamente no país”¹¹.

A principal realização enfatizada pelas Mães de Maio foi o do estabelecimento do verdadeiro nome do ocorrido naquele período, *Crimes de Maio de 2006*, não como fruto do PCC, mas como uma onda de violência e opressão do Estado contra as minorias pobres e ditas carentes de São Paulo. A bandeira do movimento é em torno do que essas mães chamam de *Federalização e Desarquivamento*, referente ao devido julgamento e punição dos responsáveis cujas investigações foram arquivadas. Além disso, afirma-se que a luta se insere numa tradição de resistência dos oprimidos e oprimidas na sociedade com os quais o movimento se diz solidarizar.

Em um segundo momento do livro, iniciam-se relatos diversos referentes a algumas mães que perderam seus filhos. Revela-se importante a necessidade

¹⁰ <http://www.redecontraviolencia.org/>. Acessado em: 08/02/13

¹¹ Movimento Mães de Maio. *Mães de Maio: Do Luto à Luta*. Versão Digital. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/06/livro_maes_de_maio.pdf. pp.20

de mostrar sob sua própria ótica a realidade em que se inseriam as vítimas dos *Crimes de Maio*, em geral trabalhadores, jovens negros e pobres das periferias. Da própria voz das mães contam-se as histórias desde que receberam as notícias de morte ou desaparecimento até o encontro entre as famílias e amigos das vítimas em torno do movimento por justiça e acesso à verdade.

Os primeiros relatos referem-se às primeiras mães que se reuniram para iniciar sua busca. Em São Paulo, encontraram a Ouvidoria da Polícia e o Condepe (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo). No segundo órgão, tiveram acesso ao livro "*Crimes de Maio*", uma lista dos mortos naquelas ocasiões. No decorrer dos textos, explicita-se que as mães investigaram por conta próprias e obtiveram indícios de que os responsáveis pela morte de seus filhos eram policiais, seja através de ligações telefônicas ou relatos de testemunhas. Ao questionar as autoridades, essas mães ouviam que quem havia matado os seus filhos era o *Primeiro Comando da Capital*. Coincidentemente, a maioria das mães relata a grande infelicidade de terem perdido seus filhos na mesma semana – algumas vezes no mesmo dia – da comemoração do Dia das Mães na cidade. Para além, por conta das investigações algumas delas já chegaram até a ter cenas de crime forjadas para irem presas, por conta de policiais que se esforçavam para que essas encerrassem o movimento.

Segundo o Mapa da Violência, as taxas do Brasil em relação a homicídios por habitantes é extremamente alta e assim, ocupa a quarta posição em ranking de violência. O mapeamento revela que os homicídios tendem a acontecer com jovens do sexo masculino com idade entre 15 e 24 anos de idade, negros e moradores de periferia, e é nesse contexto que ocorreram as principais violações dos *Direitos Humanos* em Estado democrático de direitos nos *Crimes de Maio*.

Fato muito importante a ser aqui destacado diz respeito aos locais onde ocorreram as mortes e os

desaparecimentos destas pessoas. A maioria dos crimes aconteceu nos bairros pobres da periferia de São Paulo. Locais onde o Estado é ausente, regiões que representam setores censitários de índices que variam de vulnerabilidade social alta, e muito alta, onde constata-se baixa renda dos moradores, baixo nível de escolaridade, chefes de domicílio muito jovens e a presença significativa de crianças, além de serem regiões dominadas pelo tráfico de drogas¹².

No mapeamento das atividades das ferramentas de Estado naquela semana revelaram-se levantamentos realizados por integrantes da *Comissão Especial da Crise da Segurança Pública no Estado de São Paulo* que constataram fortes indícios de execução nas mortes registradas como homicídio com autoria desconhecida, ou nos homicídios praticados por policiais registrados como “resistência seguida de morte”. Quanto ao número de mortes, constata-se uma incoerência nos dados apresentados pelos órgãos do governo: o CREMESP (Conselho Regional de Medicina de São Paulo) contabiliza 493 mortes entre os dias 12 e 20 de Maio, já o Ministério Público atua com o número de 243 mortes, relacionadas efetivamente a semana dos acontecidos. Por sua vez, a Secretaria de Segurança Pública assume somente 140 casos, aqueles que foram registrados como “resistência seguida de morte”. O *Mães de Maio* considera válidas as estatísticas contabilizadas pelo Observatório das Violências Policiais¹³ que

¹² Movimento Mães de Maio. *Mães de Maio: Do Luto à Luta*. Versão Digital. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/06/livro_maes_de_maio.pdf, pp. 35.

¹³ O Observatório das Violências Policiais-SP é um sítio voltado para a documentação da violência institucional no Estado de São Paulo, revelada pela ação dos Policiais e de outros agentes do Estado contra as populações pobres das periferias urbanas. Contém um banco de dados de casos de violências (chacinas, execuções sumárias, torturas, mortes sob custódia, abuso de poder, injustiças) baseado essencialmente em notícias de cerca de 100 jornais. Movimento Mães de Maio. *Mães de Maio: Do Luto à Luta*. Versão Digital. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/06/livro_maes_de_maio.pdf, pp. 41.

revelou: 194 mortes atribuídas a agentes policiais, 33 mortes de autoria da ROTA, 161 mortes de autoria da Força Tática, policiais civis, militares, e pessoas encapuzadas¹⁴.

A pesquisa reafirma a concepção de que em Maio de 2006, assim como nas ditaduras que ocorreram no Brasil e na Argentina, são os agentes do Estado que possuem a legitimidade de matar, exterminar, tirar a vida de outro ser humano e fazer desaparecer o corpo, visto que sem esse o crime deixa de existir. Constatou-se, a partir disso, que para tal legitimidade, a solução encontrada pelo Estado para continuar a exercer medidas de repressão e coerção, sem ser considerado injusto e autoritário, foi e tem sido a de criminalizar a pobreza, atuando de maneira violenta onde os pobres habitam.

Para se reforçar, a obra atenta para o fato de que nos traços de seu urbanismo a segregação espacial na cidade de São Paulo se revela como fator agregador das alegadas criminalização da pobreza e carência de recursos.

Segundo o professor Dr. Paulo Endo, mais de 85% dos moradores do município de São Paulo foram alvos do processo de marginalização e alijamento, causado por uma distribuição espacial que prioriza a periferização. Essas pessoas residem em áreas que não atendem aos critérios mínimos de inclusão social e vivem totalmente apartadas das regiões, onde se concentram os maiores benefícios. Tal distribuição vai demarcando áreas inteiras, sob a égide de interesses políticos, sociais e econômicos. Nessa perspectiva, se analisarmos os resultados da pesquisa do Cremesp e traçarmos os locais dessas mortes, em sua maioria ocorridas nas periferias, principalmente

¹⁴ Movimento Mães de Maio. *Mães de Maio: Do Luto à Luta*. Versão Digital. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/06/livro_maes_de_maiio.pdf. pp. 37.

na região da zona Sul e Leste, com certeza identificaremos que as vítimas são oriundas de locais onde a ação pública é inexpressiva ou inexistente: são vítimas das ilegalidades das ações policiais porque são pobres, negras e moradoras dessas áreas de segregação¹⁵.

Em seguida, conclui-se a obra revelando alguns casos de desaparecimentos forçados em Maio de 2006, levantando as semelhanças nas situações, à violação dos direitos humanos e o exercício arbitrário do autoritarismo por parte das autoridades de Estado. Nos relatos seguintes, evidencia-se frequentemente a dor sentida pelas mães no intuito de mostrar o lado não revelado pelas grandes mídias, já que os mortos foram enquadrados como integrantes do crime organizado, suspeitos ou bandidos.

Na seção intitulada *Nossos Poetas*, alguns artistas da literatura e grupos ligados a atividades culturais participam da obra com algumas poesias e textos. Alguns nomes conhecidos entre os autores, como Sérgio Vaz, GOG, Sarau da Brasa e Marcelino Freire – ligados também a projetos de literatura na periferia – contribuem com suas produções, mas em geral todos se preocupam em retratar as realidades da periferia, reforçar o discurso de alegada carência nessas localidades e dedicar suas palavras a vítimas dos *Crimes de Maio*.

A elite encontra-se nos grandes centros comerciais, rodeada pelas periferias que ela própria inventou. A periferia se arma e apavora a elite central. Nas guerras das armas, os ricos reprimem os favelados com a força do Estado através da polícia. Mas agora é diferente, a periferia se arma de outra forma. Agora o armamento é o

¹⁵ Movimento Mães de Maio. *Mães de Maio: Do Luto à Luta*. Versão Digital. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/06/livro_maes_de_maio.pdf. pp. 37.

conhecimento, a munição é o livro e os disparos vem das letras.

Então agente quebra as muralhas do acesso, e parte para o ataque. Invadimos as bibliotecas, as universidades, todos os espaços que conseguimos, arrumar munição (informação). Os irmãos que foram se armar, já estão de volta preparando a transformação. Mas não queremos falar para os acadêmicos, mas sim para a dona Maria e o seu José, pois eles querem se informar.¹⁶

O retrato da periferia é relatado de diversas formas pelas produções incorporadas ao livro, assim como as formas de descaso alegadas por eles - do Estado em relação às regiões periféricas da cidade de São Paulo. A primeira contribuição apresentada é assinada por Sérgio Vaz, poeta e agitador cultural, que em suas palavras deixa claro o discurso de alegada carência da população na periferia, mas por outro lado retrata o valor que enxerga das pessoas que vivem ali, assim como o sentimento de pertencimento de morar nas ditas comunidades.

No terceiro e última seção da obra, as *Mães de Maio* revelam “*Outros Parceiros*” que contribuíram pra obra, na maioria dos casos organizações e coletivos que relatam casos de violência de descaso com a dita classe esquecida pelo Estado em todo o país. Constituído em sua maioria por parentes de vítimas, integrantes de movimentos sociais urbanos e militantes dos *Direitos Humanos*, o movimento se diz ampliado pela unificação dos envolvidos nos casos de violência policial, desde o amparo de familiares até a compreensão da ação em conjunto pela mudança dessa situação.

¹⁶ Movimento Mães de Maio. *Mães de Maio: Do Luto à Luta*. Versão Digital. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/06/livro_maes_de_maio.pdf. pp. 53.

Os policiais continuam a ser os principais responsáveis por tantas violações e crimes, mas cada vez mais outros tipos de agentes do Estado estão envolvidos: militares (como no caso da favela da Providência no Rio em 2008), bombeiros (muitos envolvidos em grupos paramilitares), agentes penitenciários, parlamentares (como os deputados e vereadores acusados de fazerem parte de quadrilhas armadas – “milícias” – no Rio de Janeiro), membros do judiciário. O corporativismo das instituições públicas, a corrupção e o tráfico de influência deixam impunes a maior parte dos criminosos e estimulam que as violações continuem a ser cometidas.¹⁷

Colocam-se diversas outras instituições em todo o país que reiteram o problema da violação dos *Direitos Humanos* por parte de agentes de segurança pública e que vêm realizando diversas mobilizações em território nacional a fim de aprofundar a organização na luta pela verdade, justiça e preservação da vida.

Os textos dos parceiros que contribuem a seguir novamente reafirmam o estado de violência e carência na construção do discurso de verdade em relação a essas localidades. Em comparação com o movimento *Mães de Maio*, coloca-se em questão a democratização do país em contraposição ao, se não massacre pelas elites vistas em situação de perda de controle, pelo absoluto engessamento dos anseios das classes populares - assim como ocorreu na ditadura de 1964, os consequentes desaparecimentos e a organização de manifestações e movimentos em vista da justiça e da verdade.

¹⁷ Movimento Mães de Maio. *Mães de Maio: Do Luto à Luta*. Versão Digital. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/06/livro_maes_de_maio.pdf. pp. 77.

Nesse mesmo sentido, relata-se as *Madres da Plaza de Mayo* que começaram a se mobilizar na Argentina em 1977 a fim de realizar uma audiência com o presidente Jorge Videla, chefe da junta militar que tomou o poder no Golpe de Estado de 1976, para saber o paradeiro de seus filhos e parentes sequestrados pelos militares dentro do processo de *Reorganización Nacional*, em meio a violenta ditadura. “O que une as Madres e as Mães, na Argentina e no Brasil, é a dor da perda dos filhos e a coragem na luta por justiça. Apesar das mentiras, das pressões e das ameaças, nunca desistiram de buscar a verdade”¹⁸.

É importante ressaltar a recorrência de textos que focam na construção da verdade em relação ao caráter discriminatório racista e social da política criminal no Estado brasileiro. Coloca-se em evidência o conceito de *segurança pública*, que armada pelo aparato de controle penal e criminal, além do poder estatal da polícia se traveste em um processo seletivo de criminalização da pobreza. Por fim, o autor reafirma a necessidade de resistência e organização da sociedade civil a fim de combater a violência dos agentes de segurança do Estado. Relata-se como inadmissível a possibilidade de inação perante o extermínio da população responsável por grande parte da história do país.

Com objetivo da garantia do domínio da lei e da proteção da cidadania, a segurança pública configura uma estrutura de atuação de governo e é orientada por Planos Nacionais, estaduais e municipais de segurança, que para além do funcionamento, expansão e descentralização das polícias e da prisão, redesenham novidades tecnológicas em monitoramento, políticas sociais e a participação e colaboração da sociedade no

¹⁸Movimento Mães de Maio. *Mães de Maio: Do Luto à Luta*. Versão Digital. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/06/livro_maes_de_maiio.pdf. pp. 97.

planejamento, avaliação ou pela prática de denúncia. Pela segurança pública, respondem os órgãos que identificam, selecionam e sequestram o indivíduo criminalizável, por sua conduta, ações objetivas ou potenciais. Segurança pública é definida, institucionalmente, como uma responsabilidade do Estado e da sociedade na promoção de uma sensação de segurança. (Verbetes Nu-Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária. Versão Digital¹⁹)

Dessa maneira, durante toda a obra é possível observar a necessidade transparecida por essa população no que diz respeito à sua alegada carência de recursos públicos, infraestrutura e cidadania. O “grito” colocado pelas *Mães de Maio* direciona o pensamento para, em geral, a construção de uma unidade em vista das ações de violência policial contra pessoas inocentes, na maioria das vezes pobres e negras. Dar voz a essas pessoas ditas esquecidas pelo poder estatal é prioridade na construção do livro, uma vez que o reconhecimento entre as pessoas que se ligam às vítimas e o sentimento de pertencimento a essas localidades é colocado à prova em todos os momentos.

2.3 Cultura Periférica e Hip Hop

Estigmatizada como um local carente de políticas de Estado, de governança democrática e de extrema violência, as periferias paulistas começaram a ganhar espaço na mídia e a visibilidade de quem não está inserido ali em meados da década de 1990, quando artistas ligados ao Hip Hop juntaram produção cultural e engajamento político em suas letras. Suas aparições na mídia e suas ações sociais passaram a produzir, coletivamente, discursos que perpassam e descrevem a realidade, o cotidiano, a linguagem e a conduta

¹⁹ Disponível em: <http://www.nu-sol.org/verbetes/index.php?id=41>. Acesso em: 13/06/2013.

vivida na periferia. A partir de características identificadas com a marginalidade social, imprimiram em suas músicas, poesias e, posteriormente, na literatura, uma forma de atingir as pessoas que vivem sob as mesmas condições, propondo uma pauta de melhorias para esse lugar e dando visibilidade em relação ao valor cultural presente nessas regiões.

Com procedência na cultura negra dos guetos estadunidense, na década de 1970, e provenientes de uma cultura artística de guetos jamaicanos e latinos nos centros de Nova Iorque, o movimento do hip hop tinha quatro bases: a música, a dança, a poesia e a pintura. Essas comunidades sofriam da relativa ausência dos instrumentos estatais e usavam a cultura e a arte como meio de representar essa realidade.

No Brasil, surgiu no centro de São Paulo em meados de 1980, com nomes importantes como Thaíde, Dj Hum e Rappin Hood e a organização das chamadas *Posses*, após desentendimentos com autoridades e polícia pelo uso do espaço dos metrô. As reuniões de diversos grupos da mesma região tinham o intuito de integrar e estimular as vertentes culturais, sociais e políticas do movimento do hip hop junto às comunidades que pertenciam. De Janeiro de 1989 a Janeiro de 1993, assumiram secretarias importantes na gestão de Luísa Erundina como prefeita de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores, os professores universitários Marilena Chauí, na Secretaria da Cultura, e Paulo Freire, na Secretaria de Educação. A partir dos projetos elaborados nessas duas pastas municipais, o chamado movimento hip hop se expandiu em diversas ações educativas nas periferias. Os principais programas foram o *Rap nas Escolas* e o *Repensando a Educação*. Com isso, a primeira revista de hip hop nacional – *Pode Crê!*, com o apoio da ONG *Mulheres Negras Geledés* – foi lançada em 1992 e esse impulso gerou a formação de diversos grupos musicais²⁰.

²⁰ Disponível em: www.portalraizes.org. Acesso em: 22/10/12.

Ao mesmo tempo em que essa estetização do espaço e cotidiano periféricos resultou em um discurso homogeneizante sobre práticas e problemas sociais, também traduz certo *ethos* formado em torno da cultura hip-hop. Neste, ser da periferia significa participar de um universo único em que se incluem tanto a capacidade de enfrentar os decorrentes problemas sociais de quem vive ali, quanto pertencer a uma rede de sociabilidade em que se compartilham valores e costumes.

Na medida em que traz um forte acento no pertencimento local, apego a certos valores, afirmação de um código de ética determinado, valorização dos trutas, entre outros elementos que compõem o *ethos* de quebrada, lugar que está acima de qualquer questão, em relação ao qual o sentido de pertencimento não é dado a qualquer um que o queira. Não é para forasteiro ou para aqueles que, sendo de lá, não são dignos deste pertencimento: Nós aqui, vocês lá / Cada um no seu lugar / Entendeu? / Se a vida é assim, tem culpa eu? (Leite, Antonio Eleilson. Editor da coluna literaturas da periferia²¹)

Assim, o início dos anos 1990 foi marcado pela conduta com a qual participantes dos movimentos das respectivas comunidades deveriam se comprometer em favor dos problemas enfrentados pelas populações alegadas carentes de relativos recursos públicos. Como movimento social, político e cultural, são grupos com uma identidade comum, unidas por ideais de melhoria social, além de sua atuação no sentido de resgatar valores e símbolos que caracterizem a periferia pelo que ela tem, diferente do discurso em relação

²¹ Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/nada-como-um-dia-apos-o-outro/>. Acesso em: 12/7/2013.

à ausência do Estado e de outros elementos socioculturais com significação relativa ao pertencimento e à inclusão na sociedade.

Essa comunicação, que se diz em direção oposta ao domínio da elite e contra a produção cultural reservada a uma parcela privilegiada da população acaba por relatar a realidade das periferias tanto para quem vive dentro dela quanto para quem ali não se insere. O foco da narrativa agora se desloca para a periferia que se constitui como fator central na produção artístico-cultural e política. A despeito da dicotomia territorial e relacional dos primeiros estudos urbanos, é na produção de uma cultura identitária e voltada para as demandas de carência na melhoria de vida dos cidadãos, que se coloca a periferia no centro. No centro dos investimentos de negócios sociais, no centro dos programas da ONU, via PNUD e UNESCO. Nessa inclusão diferencial, dissolve-se a dicotomia dos estudos urbanos para fazer com que as pessoas se sintam felizes na favela em que nasceram.

Segundo Rafael Lopes de Souza, autor do livro *O Movimento Hip Hop: a anticordialidade da "República dos Manos" e a estética da violência*, não se trata apenas de almejar um lugar melhor na sociedade, pois ao se apresentar como legítimo representante da cultura periférica, o discurso do "rap" apela para a solidariedade e o apego às origens como forma mais eficaz de resistência às manobras e aos encantos da sociedade de consumo.

Da mesma maneira, observa-se, nessas manifestações, o desejo de sair da obscuridade e do isolamento para ocupar o espaço iluminado da sociedade e, assim, tornar-se o "centro" dos acontecimentos. Para chegar a esse fim, as estratégias utilizadas pelos "rappers" são as mais diversas, mas elas se fortalecem, curiosamente, na descompromissada arte de rua; ícones públicos que são criados pelos jovens como uma autodeterminação de

escolhas contra uma sociedade que busca unificar padrões de comportamento, “gosto” e “estilo”²².

Já com a análise da pesquisa de mestrado de Érica Peçanha do Nascimento, *Vozes Marginais da Literatura em São Paulo*, é possível mapear o aparecimento de uma cena cultural nas periferias que está diretamente ligada às intervenções literárias e políticas de escritores identificados com a chamada literatura marginal ou periférica. Foi a partir desta que se potencializou a articulação de novos artistas que tomam a periferia como mote para elaborações estéticas ou para uma atuação político-cultural. Um segundo momento desse investimento cultural, iniciado a partir e por meio da cultura hip-hop.

Um dos argumentos desenvolvidos na referida pesquisa é que tais escritores estão orientados pelo projeto intelectual comum de “dar voz” ao seu grupo social de origem por meio de relatos dos problemas que os atingem diariamente em textos literários. Procuram conferir, com isso, uma nova significação à periferia, por meio da valorização da “cultura” de tal espaço. Esta noção de cultura da periferia englobaria tanto o conjunto simbólico próprio dos membros das camadas populares que habitam em bairros da periferia urbana quanto alguns produtos e movimentos artístico-culturais por eles protagonizados.

A cultura da periferia seria, então, a junção do modo de vida, comportamentos coletivos, valores, práticas, linguajares e vestimentas dos membros das classes populares situados nos bairros tidos como periféricos. E dela ainda fazem parte manifestações artísticas específicas, como as expressões do hip hop (break, rap e

²² SOUSA, Rafael L. - O Movimento Hip Hop: a anticordialidade da "República dos Manos" e a estética da violência. São Paulo: Annablume, 2013. Versão digital. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100013. Acesso em: 3/2/2013.

grafite) e a literatura marginal-periférica, que reproduziriam tal cultura no plano artístico não apenas por retratarem suas singularidades, mas por serem resultados da manipulação dos códigos culturais periféricos (como a linguagem com regras próprias de concordância verbal e uso do plural, as gírias específicas, os neologismos, etc.). (Nascimento, 2010: 8)

A noção de cultura da periferia pode ser vista como um conjunto de produções simbólicas e materiais que é produzido e reproduzido constantemente, por meio do qual se organizam formas de sociabilidades, modos de sentir e pensar o mundo, valores, identidades, práticas sociais e comportamentos coletivos que caracterizam o estilo de vida dos membros das classes populares que habitam bairros periféricos e compartilham desse *ethos* periférico. Um conjunto de práticas e conhecimentos que configuram uma conduta específica ao mesmo tempo que a propagam pela produção cultural.

2.3.1 Pela dignidade e união da periferia

Para além do Hip Hop, a emergência do movimento de literatura marginal dos escritores da periferia tomou forma, em grande parte, a partir do lançamento de três edições especiais da revista *Caros Amigos/Literatura Marginal: a cultura da periferia*, organizadas pelo escritor Ferréz nos anos de 2001, 2002 e 2004. O agitador cultural reuniu 48 autores, em geral residentes em São Paulo, e 80 textos — entre crônicas, contos, poemas e letras de rap. Esses três números especiais levaram ao leitor, por meio dos editoriais, textos e pequenos históricos dos participantes, a um novo conjunto de autores brasileiros que estava se apropriando do termo marginal para classificar a sua condição de escritor ou a

sua produção. Trata-se de escritores e ao mesmo tempo moradores das periferias, para os quais a associação do termo marginal à literatura remete, diretamente, à situação de marginalidade social, política ou jurídica vivenciada pelos seus autores. Ao mesmo tempo, a uma produção artístico-cultural que visa expressar o que é intrínseco aos espaços e sujeitos tidos como marginais, especialmente com relação à periferia e sua alegada carência.

A pesquisa direciona o pensamento para o fato de que esses artistas periféricos se constituíram como sujeitos políticos, ou seja, cidadãos responsáveis pelas demandas dos habitantes das ditas comunidades carentes. E, para além dessa definição, suas iniciativas de ação cultural resultaram em formas específicas de produção, consumo e circulação das produções culturais nas periferias — por meio de publicações coletivas de livros, saraus e bibliotecas comunitárias. Fomentou discursos, demandas e práticas coletivas da sociedade civil organizada que se relacionam com as esferas político-sociais no que diz respeito à infraestrutura e condições básicas de vida, como saúde e educação, para assim transformar essas localidades em benefício da população que ali vive.

Finalmente, a periferia e sua cultura particular, intermediada por artistas periféricos, remetem às relações entre cultura e política tanto no que diz respeito a formulações de movimentos sociais, quanto sua ampliação para a produção artístico-cultural²³, pois, dessa forma, considera-se que os artistas da periferia estão construindo uma atuação político-cultural que se volta, necessariamente, para o incentivo à produção e consumo de bens culturais e, assim, se colocam como porta-vozes dos moradores da periferia no plano político-cultural.

²³ NASCIMENTO, Érica Peçanha. **A periferia de São Paulo: revendo discursos, atualizando o debate**. Revista Rua número 16, 2010. p. 122. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/ruateste/pages/pdf/16-2/7-16-2.pdf>. Acesso em: 06/03/2013

Exemplos disto são o autodenominado movimento cultural *1daSul* - “Somos todos um pela dignidade da Zona Sul”. Ferréz criou a marca de roupas especialmente voltada para pessoas da periferia, ali idealizada, produzida e vendida. Dita autogestionária — tanto por ter a intenção de dividir o lucro com os funcionários, até o fato da linha de produção e consumo se dar estritamente na periferia —, o uso do trabalho local para potencializar e articular a mão de obra nas comunidades com o objetivo de criar uma unidade no bairro onde moram, Capão Redondo, se dá como uma forma de produção do empreendedorismo social, uma vez que o sujeito que se diz marginalizado pela sociedade encontra mais que a oportunidade, o direito de produção e consumo de dinâmica liberal.

Propõem juntarem-se em resposta à violência creditada à região e fazer com que os moradores tenham orgulho e desejem transformar o lugar que vivem em um ambiente menos violento e mais aberto à esperança de mudanças. O símbolo da *1DaSul*, presente nos artigos da marca, tem a proposta de os moradores da região abandonarem marcas usuais sem representatividade da periferia, símbolos da exploração e das altas camadas da sociedade, para fazer uso de algo que se identifique com a periferia como o símbolo da preservação da cultura dessa parte da população. Com a união em torno desse símbolo, o sentimento de orgulho e de pertencimento se fortalece em cada cidadão da comunidade, reforçando a luta por um lugar melhor para se viver, com dignidade, cidadania e responsabilidade. (Ver Anexo 2)

Ferréz explica: “Nós, brasileiros descendentes de escravos e índios, nunca tivemos um símbolo de nossa linhagem. O logotipo da *1daSul* — forma de fênix e com o número 1 em destaque — é uma forma de termos nosso próprio brasão e ele tem esse sentido de juntar a periferia. O brasão tem sentido de unidade e traz a ideia de um povo que se une para lutar pela preservação da

sua cultura”²⁴ (Ferréz, 2011). Do ponto de vista cultural, por meio de blogs, livros e saraus, Ferréz retrata a periferia como produtora de sua própria verdade, chamando a atenção para o distanciamento das autoridades da realidade dos moradores das comunidades e para o fato de como a *1daSul* atua como fator de mediação da relação conflituosa entre periferia e Estado, internalizando o processo lento que determina a evolução das periferias de São Paulo em seus caminhos descontínuos e tortuosos em meio as favelas paulistanas.

Por meio do patrocínio de quermesses, festas comunitárias, shows de hip-hop, além de oficinas e palestras literárias e da ajuda para manter projetos sociais na Zona Sul de São Paulo, o autor acredita levar a cultura para dentro das comunidades, resgatando o início do movimento literário, por meio de folhetins e panfletos em prol de protestos. Em contrapartida à elitização da literatura ao longo da história, a literatura marginal, segundo Ferréz, serve como ferramenta para mudar essas localidades e torna-se de extrema importância provar que esses lugares têm valor, têm a sua história. Até hoje ela foi contada pela elite — do dominante para o dominado —, pois o operariado, o povo da periferia não tem recurso para registrar a própria história e não tem espaço na história contada por quem a escreveu. O povo da periferia não tem seus símbolos e signos criados, não tem sua história estabelecida, e a *1DaSul* atua nesse sentido. Para ele, a cultura pode ser um antídoto para violência se for direcionada, ou seja, a informação e o embasamento necessários para a continuidade da educação a fim de atuar em sentido contrário à exploração, a favor da igualdade.

No sentido de incentivar os moradores da periferia na erradicação da pobreza e violência, Ferréz utilizou as ferramentas político-culturais ligadas ao Hip Hop na criação do *Estúdio 1daSul*. Em parceria com o rapper e produtor

²⁴ Disponível em: www.ferrez.blogspot.com.br. Acesso em: 18/09/12

Maurício TDS — e também com outros artistas desse meio musical, como o rapper Eduardo, do grupo Facção Central — o estúdio transparece uma conquista para a comunidade da Zona Sul e foi criado sob o preceito de que para a favela deve-se produzir o que há de melhor. Com o objetivo de dar segmento à cultura na periferia, o estímulo na produção de músicas das bandas na região se dá por meio de descontos e assessoria completa para os grupos que desejem uma gravação. “Só pelo fato de não ter que atravessar a ponte que separa a zona sul do centro da cidade já é uma grande facilidade. Mas, também fizemos na periferia porque a periferia estava precisando de um estúdio”, diz Maurício²⁵.

Em continuidade ao projeto de revistas especiais em torno da Literatura Marginal com a revista Caros Amigos formou-se a Editora Selo Povo, também idealizada pelo rapper e escritor Ferréz. Com o objetivo de vender livros a preços populares como meio de estimular a continuidade na educação dos habitantes da periferia, a editora atua oferecendo formas de cultivar o chamado senso crítico e a dúvida em seus leitores. Para isso, conta com o apoio de autores renomados nesse meio, como o poeta e agitador cultural Sergio Vaz.

Vaz criou o Sarau da Cooperifa em 2001, desde então realizado semanalmente em Taboão da Serra, periferia da zona sul da cidade de São Paulo. O sarau deu origem à *Cooperifa* (Cooperativa Cultural da Periferia), uma ONG que atua especialmente na esfera político-cultural, por meio de sessões de cinema, eventos ligados à literatura e à promoção e defesa dos direitos humanos na contribuição com a erradicação da pobreza e falta de estrutura social nas periferias, no sentido da educação e produção cultural.

Seu criador argumenta que a má administração pública é responsável pela ausência da cultura na periferia: “Já não podemos esperar mais nada desses engravatados (políticos). Até prefiro assim. Saindo das minhas mãos, garanto

²⁵ Disponível em: <http://1dasulestudio.blogspot.com.br/>. Acesso em: 22/10/12

que será bem feito”²⁶. O movimento se diz autogestionário em sua organização política, levando à periferia o que historicamente foi visto como artes de elite, promovendo, dessa forma, a luta pela autoestima e sentimento de pertencimento do povo da periferia em prol da transformação dessas localidades. O sarau é produzido pela periferia e consumido pela periferia, apesar de se dizer aberto para quem quiser conhecer e participar. O conceito de autogestão aparece, mais uma vez, como meio de expressar a necessidade de afirmação da dinâmica produção-consumo integralmente direcionada às regiões alegadas carentes.

Essa iniciativa periférica deu origem a diversos saraus em torno da cidade de São Paulo (Ver Anexo 1), e uma delas em especial reuniu-se em uma mostra cultural coletiva, em novembro de 2007, intitulada Semana de Arte Moderna da Periferia. Promovida pela *Cooperifa* oitenta e cinco anos depois dos eventos que marcariam a história cultural brasileira com a Semana de Arte Moderna de 1922, a Semana de 2007, segundo seus organizadores, contou com a participação de cerca de 300 artistas e coletivos das áreas de literatura, teatro, dança, música e cinema. A ação cultural mostrou ser mais do que uma referência à Semana de 1922, pois se tratava de um contraponto a vários momentos do modernismo brasileiro que se manifestou desde a escolha do título do evento, a paródia ao cartaz da semana modernista, na apropriação do conceito de antropofagia, até a publicação do “Manifesto da Antropofagia Periférica”:

A Periferia nos une pelo amor, pela dor e pela cor. Dos becos e vielas há de vir a voz que grita contra o silêncio que nos pune. Eis que surge das ladeiras um povo lindo e inteligente galopando contra o passado. A favor de um futuro limpo, para todos os brasileiros.

²⁶ Disponível em: <http://www.casperlibero.edu.br/noticias/index.php/1969/12/31/sergio-vaz-criador-da-cooperifa,n=3966.html>. Acesso em 25/10/12.

A favor de um subúrbio que clama por arte e cultura, e universidade para a diversidade. Agogôs e tamborins acompanhados de violinos, só depois da aula. Contra a arte patrocinada pelos que corrompem a liberdade de opção. Contra a arte fabricada para destruir o senso crítico, a emoção e a sensibilidade que nasce da múltipla escolha.

A Arte que liberta não pode vir da mão que escraviza. A favor do batuque da cozinha que nasce na cozinha e sinhá não quer. Da poesia periférica que brota na porta do bar. Do teatro que não vem do "ter ou não ter...". Do cinema real que transmite ilusão.

Das Artes Plásticas, que, de concreto, querem substituir os barracos de madeira. Da Dança que desafoga no lago dos cisnes. Da Música que não embala os adormecidos. Da Literatura das ruas despertando nas calçadas. A Periferia unida, no centro de todas as coisas. Contra o racismo, a intolerância e as injustiças sociais das quais a arte vigente não fala.

Contra o artista surdo-mudo e a letra que não fala. É preciso sugar da arte um novo tipo de artista: o artista-cidadão. Aquele que na sua arte não revoluciona o mundo, mas também não compactua com a mediocridade que imbeciliza um povo desprovido de oportunidades. Um artista a serviço da comunidade, do país. Que, armado da verdade, por si só exercita a revolução. Contra a arte domingueira que defeca em nossa sala e nos hipnotiza no colo da poltrona. Contra a barbárie que é a falta de bibliotecas, cinemas, museus, teatros e espaços para o acesso à produção cultural. Contra reis e rainhas do castelo globalizado e quadril avantajado.

Contra o capital que ignora o interior a favor do exterior. Miami pra eles? "Me ame pra nós!". Contra os carrascos e as vítimas do sistema. Contra os covardes e eruditos de aquário. Contra o artista serviçal escravo da vaidade. Contra os vampiros das verbas públicas e arte privada.

A Arte que liberta não pode vir da mão que escraviza. Por uma Periferia que nos une pelo amor, pela dor e pela cor.

É TUDO NOSSO! (VAZ. Manifesto da Antropofagia Periférica. In: Cooperifa: Antopofagia Periférica. Rio de Janeiro. Aeroplano, 2008)

Sérgio Vaz não parece procurar uma identidade nacional assim como fez Oswald em O Manifesto Antropófago, publicado em maio de 1928 na Revista de Antropofagia. O que o poeta periférico busca parece ser literatura que cumpra objetivos a favor do Brasil, porém "A favor de um subúrbio que clama por arte e cultura", ou seja, não mais como um panorama geral do país, mas sim como a procura por igualdade de voz entre todos os cidadãos Produzida como uma literatura de resistência que compactue, principalmente, com os marginalizados nos grandes centros do país Vaz faz um movimento contra a elitização da literatura, contra a injusta e praticamente exclusiva apropriação de capital tanto financeiro quanto cultural em relação ao povo brasileiro. (Nascimento, 2010).

Nesse sentido, Ferréz publicou o artigo intitulado "Terrorismo Literário" como abertura para a série Literatura Marginal em parceria com a revista Caros Amigos, no qual deixa claro como essa forma de literatura enquadra a relação do homem com o mundo exterior, e é nessa relação que o escritor marginalizado procura espaço, procura ser parte de uma mudança estrutural. Dessa forma, a atividade político-cultural constrói socialmente a prática

comunitária e o exercício de proporcionar educação e viabilidade nos discursos da alegada carência no que diz respeito aos recursos públicos para essas populações, de forma a serem ouvidas.

A capoeira não vem mais, agora reagimos com a palavra, porque pouca coisa mudou, principalmente para nós/ Não somos movimento, não somos os novos, não somos nada, nem pobres, porque pobre segundo os poetas da rua, é quem não tem as coisas/Cala a boca, negro e pobre aqui não tem vez! Cala a boca! Cala a boca uma porra, agora a gente fala, agora a gente canta, e na moral agora a gente escreve/ Quem inventou o barato não separou entre literatura boa/feita com caneta de ouro e literatura ruim/escrita com carvão, a regra é só uma, mostrar as caras. Não somos o retrato, pelo contrário, mudamos o foco e tiramos nós mesmos a nossa foto/ A própria linguagem margeando e não os da margem, marginalizando e não os marginalizados, rocha na areia do capitalismo.

Somos o contra sua opinião, não viveremos ou morreremos se não tivermos o selo da aceitação, na verdade tudo vai continuar, muitos querendo ou não. Um dia a chama capitalista fez mal a nossos avós, agora faz mal a nossos pais e no futuro vai fazer a nossos filhos, o ideal é mudar a fita, quebrar o ciclo da mentira dos “direitos iguais”, da farsa dos “todos são livres” agente sabe que não é assim, vivemos isso nas ruas, sob os olhares dos novos capitães do mato, policiais que são pagos para nos lembrar que somos classificados por três letras classes: C,D,E/Literatura de rua com sentido sim, com um princípio sim, e com um ideal sim, trazer melhoras para o povo que constrói esse país mas não

recebe sua parte/O jogo é objetivo, compre, ostente, e tenha minutos de felicidade, seja igual ao melhor, use o que ele usa.

Somos mais, somos aquele que faz a cultura, falem que não somos marginais, nos tirem o pouco que sobrou, até o nome, já não escolhemos o sobrenome, deixamos para os donos da casa grande escolher por nós, deixamos eles marcarem nossas peles, porque teríamos espaço para um movimento literário? Sabe duma coisa, o mais louco é que não precisamos de sua legitimação, porque não batemos na porta para alguém abrir, nós arrombamos a porta e entramos/Outra coisa também é certa, mentirão no futuro, esconderão e queimarão tudo que prove que um dia a classe menos beneficiada com o dinheiro fez arte.

Jogando contra a massificação que domina e aliena cada vez mais os assim chamados por eles de “excluídos sociais” e para nos certificar que o povo da periferia/favela/gueto tenha sua colocação na história, e que não fique mais 500 anos jogado no limbo cultural de um país que tem nojo de sua própria cultura, a literatura marginal se faz presente para representar a cultura de um povo, composto de minorias, mas em seu todo uma maioria/Com a revista Caros Amigos, edições especiais chamadas Caros amigos/literatura marginal ao qual a Casa Amarela desde o principio acreditou e apoiou, a forma agora chega em livro/Mas como sempre todos falam tudo e não dizem nada, vamos dar uma explicada: A revista é feita para e por pessoas que foram postas a margem da sociedade/Ganhamos até prêmios, como o da A.P.C.A.(Academia Paulista de Críticos de Arte) melhor projeto especial do ano.

A Literatura Marginal sempre é bom frisar é uma literatura feita por minorias, sejam elas raciais ou sócio-econômicas. Literatura feita a margem dos núcleos centrais do saber e da grande cultura nacional, ou seja os de grande poder aquisitivo. Mas alguns dizem que sua principal característica é a linguagem, é o jeito que falamos, que contamos a história, bom isso fica para os estudiosos, o que agente faz é tentar explicar, mas agente fica na tentativa, pois aqui não reina nem o começo da verdade absoluta. Hoje não somos uma literatura menor, nem nos deixemos taxar assim, somos uma literatura maior, feita por maiorias, numa linguagem maior, pois temos as raízes e as mantemos.

O barato já tá separado a muito tempo, só que do lado de cá ninguém deu um gritão, ninguém chegou com a nossa parte, foi feito todo um mundo de teses e de estudos do lado de lá, e do cá mal terminamos o ensino dito básico.

Sabe o que é mais louco, nesse país você tem que sofrer boicote de tudo que é lado, mas nunca pode fazer o seu, o seu é errado, por mais que você tenha sofrido você tem que fazer por todos, principalmente pela classe que quase conseguiu te matar, fazendo você nascer na favela e te dando a miséria como herança/Afinal um dia o povo ia ter que se valorizar, então é nós nas linhas da cultura, chegando de vagar, sem querer agredir ninguém, mas também não aceitando desaforo nem compactuando com hipocrisia alheia, bom vamos deixar de ladainha e na bola de meia tocar o barco.

Boa leitura, e muita paz se você merece-la, se não bem vindo à guerra. (FERRÉZ. Literatura Marginal, 2001).

Assim, a Literatura Marginal se diferencia tanto pela sua estética de escrita, mantendo gírias, usos e costumes que pertencem ao *ethos* de quem habita localidades alegadas carentes, como por tratar e retratar frequentemente em suas temáticas a realidade das periferias paulistanas. Perpetrar formas e estilos diferenciados e próprios da periferia faz das atividades artístico-sociais um celeiro diferenciado que cria usos e costumes, gírias e linguagens que ganham a forma e conteúdo ao atingir todos os níveis sociais. Mesmo que afastada da região central, a periferia está inserida em atividades político-culturais e mais, formando cidadãos interessados em reivindicar pela dignidade e orgulho de morar nessas localidades, longe do que se propõe atualmente, diz Ferréz: “Na periferia as pessoas leem e assistem o que não está relacionado à realidade delas, a Literatura Marginal e a atividade cultural da 1daSul objetivam mudar esse contexto proposto e abandonado pelas autoridades”²⁷

2.4 Conformidade com ONU e metas mundiais

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a agência líder da rede global de desenvolvimento da ONU e visa, principalmente, a erradicação da pobreza por meio de ações em favor do desenvolvimento humano. O PNUD objetiva, em geral, ajudar as pessoas a construírem uma vida mais digna e nessa direção, desde 2000 compromete-se com a discussão em prol do alcance dos *Objetivos do Milênio*. Em sua atuação no Brasil, visa apoiar a implementação de políticas para fortalecer setores que considera críticos em relação ao desenvolvimento humano e ao fortalecimento do papel da sociedade civil, em especial, da iniciativa privada na busca do desenvolvimento humano e sustentável. Nesse sentido, políticas sociais que

²⁷ Disponível em: <http://1dasul.blogspot.com.br/>. Acesso em: 26/09/12.

objetivam a governança democrática, segurança pública, e meio ambiente buscam uma gestão participativa da sociedade civil organizada em torno da exigência dos Direitos Humanos.

Os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (ODM), agenda mínima em relação aos direitos humanos, norteiam o PNUD no Brasil. A partir de uma abordagem especial nas atividades e iniciativas ligadas às políticas sociais para áreas de carência, no que diz respeito à governança democrática, busca-se ampliar a participação da sociedade civil nos programas e projetos. Desde a assinatura da *Declaração do Milênio*, em 2000²⁸, considera-se impossível alcançar os ODM sem a participação do setor privado e da sociedade civil. Partindo dessa premissa, as duas maiores iniciativas da ONU junto ao setor privado são o *Pacto Global*²⁹ e o *BCtA – Business Call to Action*³⁰. (PNUD, Organização das Nações Unidas).

²⁸ ONU. Declaração do Milênio. 2000, pp. 2. Disponível em:

http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/Declaracao_milenio_2000.pdf. Acessado em: 6/01/2013.

²⁹ Disponível em: <http://www.pnud.org.br/>. Acesso em 11/01/13. O *Pacto Global* é uma iniciativa proposta pela *Organização das Nações Unidas* para animar empresas na adoção de políticas de responsabilidade social, corporativa e sustentável. Pretende promover um diálogo entre empresas, organizações das Nações Unidas, sindicatos, organizações não governamentais e demais parceiros para o desenvolvimento de **um mercado global mais inclusivo e sustentável**. Para que esse objetivo seja atendido, busca-se a mobilização da comunidade empresarial internacional por meio da adoção de dez princípios relacionados a direitos humanos, trabalho, meio ambiente e corrupção. Vale ressaltar que o Pacto Global, apesar de ter como propulsor as Nações Unidas, não é uma agência desse sistema e nem mesmo um instrumento regulador ou um código de conduta. O *Pacto Global* é um instrumento de livre adesão pelas empresas, sindicatos e organizações da sociedade civil. A entidade que adere ao pacto assume voluntariamente o compromisso de implantar os dez princípios em suas atividades cotidianas e prestar contas à sociedade, com publicidade e transparência, dos progressos que está realizando no processo de implantação dos princípios mediante Comunicações de Progresso (COP). São eles: Apoio, por parte das empresas, a proteção dos direitos humanos e a não participação em quaisquer atividade que os violem Apoio a liberdade de associação e o reconhecimento de direito à negociação coletiva, além da eliminação do trabalho compulsório e infantil, além da discriminação no emprego Apoio aos desafios ambientais, desenvolvimento de maior responsabilidade ambiental e incentivo à tecnologias amigáveis ao ambiente; por fim, o combate a corrupção nas empresas em suas variadas formas. Essas comunicações devem ser feitas com o envio anual de um relatório elaborado pelas empresas.

O Pacto Global estimula as empresas a cumprirem seus deveres em relação aos Direitos Humanos e o BCtA estimula as empresas a serem proativas na inclusão das pessoas de menor renda no seu negócio, contribuindo, assim, para a aceleração no alcance dos ODM. Em vista do engajamento do setor privado a fim de desenvolvimento humano, o PNUD entende que a sociedade civil potencializa a rede de ação e a sustentabilidade das ações, bem como o maior engajamento dos cidadãos.

Como prioridade na defesa da igualdade em uma educação de qualidade e na promoção do desenvolvimento humano e social, os seus projetos se desdobram em parcerias com o governo, sociedade civil e iniciativa privada, além do auxílio na formulação de políticas que estejam em sintonia com as metas acordadas entre os Estados membros da organização. A principal missão da UNESCO no país se dá em direção da educação para a promoção de transformações sociais alinhadas aos valores universais de justiça, liberdade e dignidade humana. Por meio de programas, projetos e parcerias com o governo federal e abordando os temas de inclusão social, redução da pobreza e das desigualdades, juventude e prevenção da violência implementa-se a tentativa de enfrentar a desigualdade social por meio da forte influência da cultura para a configuração dessa realidade, bem como seu potencial de transformação social da realidade das periferias.

Pelo trabalho da *Cooperifa*, que promove ações como o *Cinema na Laje* – explicitado a seguir, que exhibe filmes e documentários feitos por artistas da periferia, a instituição ganhou o prêmio *Educador Inventor*, concedido pela Unesco. Sérgio Vaz, seu criador e coordenador, declara que “A periferia nos

³⁰ A BCtA é uma iniciativa global ligada ao PNUD para reduzir a pobreza e promover um desenvolvimento econômico e social sustentável. “Os compromissos destas companhias demonstram que o setor privado é um forte parceiro na luta pela redução da pobreza e por um crescimento inclusivo”, afirmou Sigrid Kaag, Administradora Assistente do PNUD e Subsecretária-Geral Assistente da ONU. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3654>. Acesso em: 06/03/2013.

une pela dor, pela cor e pelo amor³¹” e por isso ainda leva os saraus para escolas e para a Fundação Casa (ex-Febem).

Nesse sentido, a UNESCO elabora e promove a aplicação de instrumentos normativos no âmbito cultural, além de desenvolver atividades para a salvaguarda do patrimônio cultural, a proteção e o estímulo à diversidade cultural, bem como o fomento ao pluralismo e ao diálogo entre as culturas e civilizações. Também colabora para a proteção e a promoção da diversidade cultural do país, em atividades de formação e elaboração de políticas culturais nas áreas do artesanato, das indústrias culturais e do turismo cultural, entre outras. Áreas como o artesanato tradicional, pequenas manufaturas, moda e design são estratégicas para o país, em vista de sua potencialidade em termos da melhoria das condições de vida das populações mais pobres. Elas podem trazer empoderamento individual e contribuir com a redução da pobreza. (UNESCO³²)

A Representação da UNESCO no Brasil, em parceria com a *London School of Economics* (LSE), e as *Fundações Itaú Cultural e Social*, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, o Afro Reggae e a CUFA, está conduzindo o projeto “Underground Sociabilities” para estudar formas de sociabilidade que continuam invisíveis e subterrâneas na esfera das sociedades convencionais. O principal objetivo da pesquisa é explorar os meios alternativos de integração e socialização que são desenvolvidos por comunidades que vivem em condições de extrema exclusão social e miséria.

Por meio de atividades artísticas, trabalham com comunidades classificadas como em situação de risco em um ambiente violento e

³¹ Disponível em: <http://www.almanaquebrasil.com.br/literatura/7088-cooperifa-e-palco-para-arte-e-indignacao-da-periferia.html>. Acesso em: 22/07/2013.

³². Disponível em <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/unesco>. Acesso em 13/12/12.

desestruturado, onde se visa redefinir sociabilidades e identidades. Elas aproveitam as tradições artísticas e culturais presentes nas comunidades, conhecimentos e comportamentos locais, assim como bens sociais, para trabalhar a autoestima e recuperar o sentimento de valor próprio perdido em meio à carência dessas localidades.

O projeto trabalha com o conceito de sociabilidade na busca por sua descoberta nos cotidianos periféricos, que alegam estar geralmente ocultos pela segregação e exclusão social. Objetiva-se revelar a cultura periférica, tanto como expressão da identidade cultural quanto como um protesto indignado contra a alegada ausência do Estado e suas políticas sociais na região. Para isso, investe na formação de um *ethos* ligado à valores e costumes das comunidades próprias dessas localidades periféricas.

Os principais locais privilegiados por essas políticas sociais mundiais são as periferias das grandes cidades, favelas situadas nas regiões periféricas chamadas *comunidades*. Hoje, *negócios sociais* como a 1daSul - do escritor Ferréz são criados pelos moradores instruídos pelo *ethos periférico* dessas localidades a nível de se tornar ponto de investimento de grandes programas da ONU, como o *Underground Sociabilities* e programas de pesquisa e assistência.

As comunidades e espaços periféricos em questão devem ser entendidos de maneira social, pois o termo periférico se constitui em relação ao centro do poder- periférico no sentido de “à parte”, de “segregação” social e não acesso a determinados bens econômicos, sociais e culturais. Segundo José Guilherme Magnani, “Há ainda uma visão propositiva, “segundo a qual ‘ser da periferia’ significa participar de um certo *ethos* que inclui tanto uma capacidade para enfrentar as duras condições de vida, quanto pertencer a redes de sociabilidade, a compartilhar certos gostos e valores”³³³.

³³³³ Disponível em: http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/sc_scp-daniela.pdf. Acesso em: 06/03;2013

2.4.1 Alinhamento à agendas mundiais – Instituto Pólis e Rede Nossa São Paulo

Na direção de alinhamento das metas dessas grandes instituições mundiais que foi se desenhando a proposta de criação de um instituto orientado para sistematizar e analisar as práticas sociais de gestão municipal e popular. Os temas do urbano, o direito a cidade, das políticas públicas, das relações dos governos municipais com os movimentos sociais e entidades da sociedade civil e a democratização do poder público são os temas do *Pólis*.

O *Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais* é uma ONG brasileira voltada para a produção de conhecimento relacionado à cidade e à cidadania, a fim de apoiar e promover iniciativas de democratização da gestão pública municipal e a formulação de políticas sociais que tenham o objetivo voltado para a inclusão social. Fundado em 1987, o Instituto atua em conjunto com movimentos sociais apoiando-os de forma direta, inclusive, na luta por espaços de participação pública da população.

A cidadania aparece como o eixo articulador de sua intervenção dirigida a cidades justas, sustentáveis e democráticas. A partir da mobilização, formação e assessoria acredita-se contribuir para o fortalecimento da capacidade de ação autônoma da sociedade civil – dos movimentos sociais, suas entidades, fóruns e redes – na perspectiva de intervir nos processos políticos e culturais da sociedade por meio da problematização e proposição de políticas sociais. Dessa forma, o instituto diz operar a favor da construção de novos paradigmas de cidade orientados para a redistribuição da riqueza e da renda; a proteção dos direitos humanos e a criação de novos direitos; o fortalecimento de efetivos espaços da participação cidadã e governança democrática; o combate a todas as formas de discriminação, intolerância e preconceito, além da promoção da convivência e da cultura de paz.

Para o instituto, *cultura de paz* define-se como um conjunto de atitudes, valores, estilos de vida e sentimentos baseados no respeito e reverência pela vida e à diversidade, na recusa à violência, na escuta do outro para compreendê-lo, na preservação do planeta, na solidariedade, na busca do equilíbrio das relações entre os seres humanos e desses com todos os seres vivos, no fortalecimento da democracia e dos direitos humanos, em harmonia com a Terra e com a totalidade maior da qual a sociedade faz parte. Sob sua ótica, a paz não significa a ausência de conflitos, mas sua resolução de forma não violenta, por caminhos mais saudáveis, criativos e eficientes, através do diálogo intercultural, do reconhecimento das singularidades e do respeito às diferenças. Para isso, propõem-se a:

Articular e potencializar Pontos de Cultura na localidade e ampliar para o âmbito nacional através das redes; Contribuir para o fortalecimento da sociedade civil, estimular ações de ocupação cultural dos espaços públicos com ações que ampliam a democracia participativa e a participação social dos atores culturais; Difundir as ações socioculturais e propor diretrizes de convivência e cultura de paz; Promover Tecnologias Socioculturais de Convivência e de Cultura de Paz para a difusão de iniciativas e valores nos Pontos de Cultura; Compartilhar saberes e poéticas, na perspectiva de uma construção coletiva e corresponsável para uma sociedade orientada pela prática do respeito, da solidariedade e dos valores da cultura de paz, pelo reencantamento do mundo³⁴.

³⁴ Disponível em: <http://www.polis.org.br/cidadania-cultural/convivencia-paz>. Acesso em: 20/03/2013.

Segundo *Pólis*, o trabalho de articulação social entre os grupos e entidades locais e as redes e fóruns que atuam num âmbito mais geral constrói mediações que permitem transformar demandas sociais em propostas de políticas públicas. A ampliação do debate público sobre os governos municipais e suas políticas, sobre a democratização da gestão pública e a exigibilidade de direitos, é o caminho pelo qual se convoca a participação cidadã.

Para além, ampliou sua visibilidade no cenário mundial ao introduzir a questão urbana na Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), no Rio de Janeiro, quando propôs a criação de uma conferência específica sobre as cidades. Por meio do documento “Por Cidades, Vilas e Povoado, Justos, Democráticos e Sustentáveis” tornou-se referência global na discussão em torno da sustentabilidade nas cidades, além de ser responsável pela edição do *Le Monde Diplomatique* no Brasil.

O instituto trabalha sobre o tema da *Participação Cidadã* para o qual concretiza-se a avaliação, sistematização e disseminação dessa prática. A fim de atuar nesse sentido, realiza seminários e debates públicos, atividades de capacitação e inclusão e participa dos Fóruns Paulista e Nacional de Participação Popular, além da articulação de redes e movimentos sociais, ONG's e outros Fóruns. Por meio da participação na rede *LogoLink* (Rede de Aprendizagem em Participação Cidadã e Governança Local) atua-se também em fóruns internacionais, como a *Rede de Poder Local* – REPPOL, no sentido de contribuir para a qualificação das experiências de participação da sociedade civil organizada na gestão de políticas sociais.

No mesmo eixo dessa vertente, mas que atravessa todos os projetos e realizações do instituto é o fator das atividades de formação, que propõem contribuir para a democratização da gestão pública e para a formação de agentes autônomos de defesa de direitos, “capazes de incidir em políticas

públicas orientados por valores como a justiça, a tolerância, a cultura da paz, a democracia e a equidade”³⁵. Nesse sentido, seu principal projeto é o *Escola da Cidadania*, que tem como objetivo o fortalecimento dos movimentos sociais, fóruns e conselhos, em sua capacidade de participação e controle social de políticas públicas voltadas para a universalização dos direitos.

Em outra frente de atuação – os *Pontos de Cultura* - desenvolve nas rodas de convivência e *cultura de paz* uma metodologia que comporta o âmbito da formação, à medida que alega recuperar saberes locais, fornece elementos para gerir conflitos e constrói novos saberes para subsidiar políticas sociais de cultura, além de ser ela própria uma tecnologia de aprendizagem da convivência.

O Núcleo de Desenvolvimento Cultural, responsável pelos *Pontos*, combina o mapeamento de dinâmicas culturais locais à estratégia de animação sociocultural de redes e grupos juvenis em bairros periféricos,

Por meio da qual o *Pólis* apoia coletivos de expressão artística mediante provisão de meios de produção e comunicação, capacitação técnica e artística, ao lado de intervenções formativas de agentes locais visando à afirmação de identidades (étnicas, geracionais, de gênero, de classe, de pertença territorial), o cultivo de valores, a adesão a modos de vida sustentáveis, a resistência à discriminação e à violência, e a ampliação das redes sociais que articulam os jovens integrantes, de modo a

³⁵ Disponível em: <http://www.polis.org.br/democracia-participacao/formacao>. Acesso em: 14/03/2013

que eles sejam reconhecidos, influenciem e participem das políticas públicas de cultura³⁶.

Os estudos culturais e a cultura urbana são temas que buscam discutir expressões culturais das classes populares urbanas, como o funk, a literatura periférica e a pichação. O Sarau da *Cooperifa*, completou, em 2011, 10 anos de atividades culturais na periferia de São Paulo e com o apoio do *Instituto Pólis* organizou-se a 4ª Mostra Cultural a *Cooperifa*, oferecendo 10 dias de atividades culturais gratuitas e pela periferia da zona sul da cidade.

Segundo Altair Moreira, técnico da Área de Desenvolvimento Cultural do *Instituto Pólis*, "A *Cooperifa* pode se citada como uma atividade cultural que despertou o sentimento de pertencimento da população local. É uma experiência de sucesso que completa 10 anos, uma experiência inédita neste sentido. O sarau funciona independente das políticas públicas de cultura, mais do que nunca é provado que toda a experiência que tem diálogo com a sociedade civil, e por ela reconhecida, atravessa os tempos - é permanente³⁷".

A partir dos anos 2000, a juventude ganha crescente espaço na agenda pública, impulsionando o debate sobre as distintas visões acerca da pauta de direitos a serem assegurados a essa parcela da população. A pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas (2004-05)*, coordenada pelo IBASE e *Pólis*, incidiu no debate público num momento em que estavam sendo criadas, no plano nacional, as institucionalidades voltadas à garantia dos direitos desse segmento da população. A partir de uma rede de instituições sediadas nas oito regiões focadas pelo estudo, produziu

³⁶ Disponível em: <http://www.polis.org.br/democracia-participacao/formacao/historico>. Acesso em: 23/4/2013.

³⁷ Disponível em: <http://www.polis.org.br/noticias/cidadania-cultural/convivencia-paz/cooperifa-completa-10-anos-de-poesia-e-cidadania-na-periferia-de-sao-paulo>. Acesso em: 15/07/2013.

conhecimentos que se constituíram em importante subsídio para políticas sociais e instituições que buscam fortalecer os jovens como sujeitos de direitos.

Na visão do instituto, a construção da cidadania cultural estimula o direito a cultura, a criação e produção cultural, aos processos de decisão sobre o fazer cultural, o direito à comunicação e às novas tecnologias de comunicação e informação, à diversidade cultural, à sustentabilidade cultural e à *cultura de paz*.

O *Pólis* criou sua área de cultura no início dos anos 90, desenvolvendo ações, reflexões e articulações no campo da cidadania cultural dos municípios brasileiros. Assim, afirma que fortaleceu gestões democráticas, potencializou experiências de ação e políticas sociais e desenvolveu reflexões e estudos sobre novos paradigmas de cultura e gestão. A participação do *Pólis* ao longo dos anos vem estimulando as dinâmicas culturais do país e contribuiu para que a cultura passasse a ser considerada um vetor fundamental para a qualidade de vida e desenvolvimento humano.

Com o SESC- Santo Amaro e SESC-São Paulo, por exemplo, realizou-se o *Mapeamento Sociocultural da Região Sul*, 290 experiências de grupos locais e 33 agentes culturais da localidade. Com o Ministério da Cultura, o *Pólis* desenvolveu o *Pontão de Convivência e Cultura de Paz* com a finalidade de multiplicar ações e políticas públicas de cultura de paz nos pontos de cultura do país. O *Pontão de Convivência e Cultura de Paz* contribuiu para o fortalecimento e articulação de *Pontos de Cultura* em torno do tema: “*Convivência e a Cultura de Paz*”. Pretende, dessa forma, incentivar os diálogos entre diferentes culturas e construir novas propostas para a formulação de políticas públicas culturais para a não violência.

O *Pontão* iniciou suas atividades em 2008 através do convênio junto ao MinC – *Programa Cultura Viva* do governo federal. O instituto estabelece sua metodologia a partir de dois conceitos: o que chamam de *Auscultas*

Socioculturais - uma escuta qualificada do pertencimento de grupos ou pessoas ao ambiente e de sua condição de vida, visando o fortalecimento de ações, criação de políticas e potencialização de espaços, orientada por princípios de autonomia, empoderamento, diversidade e protagonismo juvenil – e a *Artemetodologia do Pontão*, um método organizado com base na arte, que tem como foco principal reconhecer as relações de um grupo, suas vivências, subjetividades, pontos de vista e desafios, com o objetivo de fortalecer suas ações e intervenções, através das *Auscultas Socioculturais* e sessões de diálogo.

O primeiro ano do *Pontão* compreendeu a realização de rodas de convivência e cultura de paz no território nacional, a fim de promover e mapear ações socioculturais de não violência nos *Pontos de Cultura*. Em 2011, os principais encontros regionais focaram as Políticas Públicas de Convivência e Cultura de Paz, agregando para tal proposta as *Tecnologias Socioculturais*. Entende-se por *Tecnologia Sociocultural* todo produto, técnica, método ou ação transformadora criada para potencializar a criação, comunicação, formação, participação da coletividade e a decisão sobre os fazeres culturais, que busquem resolver carências socioculturais e tenham apropriações culturais criativas e impacto sobre as comunidades e territórios³⁸.

Outra atividade ligada à cultura e promovida pelo instituto é o *CineClube*, ligado à área de desenvolvimento cultural e filiado a Federação Paulista de Cineclubes e ao Conselho Nacional de Cineclubes. Desde março de 2006 realiza sessões de filmes ausentes nos grandes circuitos comerciais, principalmente produções nacionais e independentes. Promove debates após a exibição com a presença de convidados, como os diretores ou pessoas envolvidas na produção. Os cineclubes existem desde os primórdios dos cinemas, no início do século XX, como resultado das insatisfações ao modelo

³⁸ Disponível em: <http://www.polis.org.br/noticias/politicas-publicas-de-cultura-e-cultura-de-paz-sao-temas-de-evento-do-instituto>. Acesso em: 2/5/2013.

predominante que se estabelecia, baseado numa relação comercial, unilateral e restrita com o público. Os cineclubes, por sua vez, nascem como um caminho alternativo, visando mediar uma relação democrática e interativa entre o público e a obra cinematográfica.

O *CineClube* diz-se apresentar, nos dias de hoje, atento às experiências passadas e procurando captar e catalisar novas tendências. Constitui-se, assim, num espaço de informação, formação e lazer, que objetiva a democratização do meio audiovisual. Opta-se pela preferência à produção nacional, inclusive aquelas de coletivos culturais periféricos que se apropriam dos recursos tecnológicos para finalidades comunitárias. O espaço do *Cineclube* se apresenta, também, num local de encontro e intercâmbio entre diferentes coletivos, contribuindo para articulação de redes de cooperação entre eles de forma a potencializar suas práticas e compromissos sociais. Em 2010 essa ação do *Pólis* foi vencedora do prêmio do Ministério da Cultura e passou a ser Ponto de Mídia Livre - O *Pólis Digital* - uma ação de desenvolvimento e acompanhamento de construção de políticas públicas para iniciativas de comunicação livre e compartilhada.

Por fim, o *Projeto Mapeamentos Socioculturais: Território e Diversidade* têm como objetivos analisar e refletir sobre o papel dos mapeamentos socioculturais na construção da diversidade cultural do território e para a efetivação de políticas sociais para a afirmação da cidadania cultural. Para isso, visa sistematizar metodologias de mapeamento sociocultural assim como desenvolver conceitos para tal, experiências de mapeamento sociocultural na Iberoamerica, assim como contribuir para o desenvolvimento de uma cultura da diversidade a partir de mapeamentos socioculturais. O projeto busca, com isso, despertar as redes socioculturais e as organizações públicas e privadas para a importância do mapeamento sociocultural como instrumento de afirmação da diversidade cultural e desenvolver conceitos pertinentes a

mapeamentos socioculturais como instrumento de política pública, para assim sistematizar experiências e metodologias de mapeamento sociocultural.

Com contribuição da Secretaria de Cidadania Cultural, do Ministério da Cultura e da Unesco o projeto conta com a parceria, além do *Instituto Pólis* e da AECID – Agência Estatal submetida ao Ministério de Assuntos Exteriores :

Vivemos um processo intenso de culturalização do país, pois cada vez mais a cultura se fortalece como cenário de afirmação da cidadania e do desenvolvimento humano. O debate público demonstra que a qualidade de vida não pode ser vista apenas na ótica do desenvolvimento material, mas como apropriação contínua do patrimônio imaterial pelos cidadãos e criação de rico imaginário a partir da diversidade das culturas.

A diversidade cultural passa a compor estratégias de mudança e de construção de novos paradigmas civilizatórios. Documento da Unesco afirma que tão importante quanto a democracia e as oportunidades econômicas é a diversidade cultural. E falar em promoção da diversidade é reconhecer direitos culturais consagrados como a liberdade de expressão, as oportunidades de diálogo, também o direito à ancestralidade e à invenção; combinar o passado com o presente para inventar o futuro de forma intercultural, dialógica e com encantamento.

Este mapeamento procura detectar e entender quem são os atores e quais são os saberes e fazeres no universo cultural da localidade, bem como sua presença e capacidade de mudar relações. Realiza um levantamento de atividades, práticas, espaços, eventos, manifestações –

institucionalizadas ou não – de grupos e artistas num determinado território. E obtém, assim, uma imagem cartográfica e um banco de dados que poderá mostrar a diversidade cultural local e suas possibilidades; identificar demandas e ofertas existentes em determinada região para um melhor planejamento das políticas culturais, além de poder subsidiar o planejamento de políticas públicas em diversos setores, considerando-se o caráter multidimensional da cultura e, assim, abrir novas possibilidades de ação conjunta e parceria.

Assim, o mapeamento sociocultural pode constituir-se como potencializador das ações culturais no território, sentir a pulsação cultural do contexto, fortalecer o que é visível, revelar aquilo que está oculto para a sociedade, para as políticas públicas e muitas vezes para a própria comunidade. Pode ser um instrumento para ver melhor, auscultar os ruídos interiores, afirmar as vozes locais e, assim, contribuir para a presença desses cenários e atores nos processos identitários da localidade e do país, gerando, além disso, outras modalidades de comunicação política entre os grupos envolvidos³⁹.

Outro movimento nesse sentido é a *Rede Nossa São Paulo*, lançado em maio de 2007 a partir da percepção de que a atividade política no Brasil, as instituições públicas e a democracia estão com a credibilidade abalada perante a população. Constatou-se a necessidade de promover iniciativas que visassem recuperar, para a sociedade, os valores do desenvolvimento sustentável, da ética e da democracia participativa. Em Outubro de 2010, o movimento se

³⁹ Disponível em: <http://mapeamentossocioculturais.wordpress.com/about/>. Acesso em: 18/2/2013.

fortaleceu com o objetivo de fortalecer a articulação de um amplo campo social para objetivos comuns e, ao mesmo tempo, preservar a manutenção de diferenças para questões específicas, conjunturais e regionais assegurando a ampla liberdade de expressão e manifestação a seus integrantes.

A *Rede* diz operar a fim de construir uma força política, social e econômica capaz de comprometer a sociedade e sucessivos governos com uma agenda e um conjunto de metas a fim de oferecer melhor qualidade de vida para todos os habitantes da cidade. O propósito alegado é transformar São Paulo em uma cidade segura, saudável, solidária e realmente democrática. Hoje conta com o apoio de lideranças comunitárias, entidades da sociedade civil, empresas e cidadãos - todos interessados em participar do processo de construção de uma nova São Paulo. Contudo, não conta com qualquer tipo de presidência ou diretoria.

A estrutura da *Rede Nossa São Paulo* se diz horizontal, interligando todos os seus integrantes sem competir com nenhuma das organizações que dele fazem parte nem substituí-las na ação específica de cada uma, mas estimulando a definição de objetivos comuns e de ações conjuntas para realizá-los. Organizam-se em *Colegiado de Apoio*, comissões, grupos de trabalho e plenárias com objetivos específicos, ditos autogeridos e abertos a participação dos demais interessados. Suas iniciativas e posicionamentos enquanto redes são decididas por esses colegiados, formado por seus fundadores e por representantes de suas comissões e grupos de trabalho encontram tomando decisões por consenso em reuniões de que podem participar como observadores.

Sua atuação visa, portanto, parcerias com entidades e governos que queiram se empenhar na realização dos objetivos acima enunciados, mas não se vincula a governos nem a representantes eleitos em qualquer dos seus níveis - nem deles alega-se receber recursos- e não apresenta nem apoia candidatos a

postos eletivos. Assim, a *Rede Nossa São Paulo* atua no sentido de promoção de campanhas e ações educativas visando a melhoria da autoestima dos moradores da cidade, a elevação da sua consciência de cidadania e a revalorização do espaço público, além de colocar sua atuação a serviço da justiça e da promoção e da defesa dos direitos fundamentais individuais e sociais de toda pessoa humana. Na sua relação com governos e com entidades da sociedade civil na busca de soluções para os problemas da cidade, os integrantes consideram fundamentais três princípios da democracia: a equidade, a participação e a transparência.

Para eles, a equidade se mostra como condição, critério e referência básicos na formulação e execução de políticas sociais em todos os serviços e investimentos governamentais e nas atividades da própria sociedade, pois acredita-se que os serviços públicos devem assegurar a universalização do atendimento. Em segundo, considera-se a participação base da vida democrática, e começa por processos eleitorais livres de manipulações da vontade do eleitor e de criação de desigualdades entre candidatos a postos eletivos. Participação implica, sob sua ótica, não só na criação de mecanismos e processos de participação na gestão e nas decisões dos órgãos públicos - inclusive na destinação dos recursos públicos, mas também em liberdade de crítica, debate e proposição de políticas públicas.

Para os integrantes do movimento, a possibilidade e a elevação da participação – e, com ela, da consciência de cidadania - é igualmente critério para a escolha e formulação de alternativas de políticas públicas. Dessa forma, atua no sentido de assegurar a *participação cidadã* e estimular propostas de participação que surjam na sociedade, além de alegar tomar suas próprias iniciativas para ampliar cada vez mais as possibilidades de real participação.

Em terceiro, entende-se que o respeito ao princípio da transparência é essencial num país em que prevalece de longa data uma cultura de corrupção e de má gestão dos recursos públicos. Alega-se que o princípio da transparência implica também na correta e completa divulgação das justificativas de decisões tomadas para adotar políticas públicas, tanto pelo Executivo como pelo Legislativo, assim como na aceitação e livre discussão dos questionamentos que o exercício da democracia possibilita. Na mesma direção, afirma-se a disposição na tomada de iniciativas a fim de assegurar o respeito ao princípio da transparência, lutar pelo cumprimento da legislação em vigor e apoiar propostas feitas com esse mesmo objetivo, pontualmente ou por meio de proposições legislativas.

MANIFESTO NOSSA SÃO PAULO: OUTRA CIDADE

Nossa São Paulo pode ser uma outra cidade

A cidade de São Paulo, a maior do Brasil e uma das maiores do mundo, têm sofrido ao longo dos anos as consequências de um crescimento acelerado, desordenado e muitas vezes predatório, dentro do contexto de uma globalização econômica perturbadora. Os problemas sociais, o desemprego e o emprego precário, o trânsito congestionado e o transporte público deficitário, a qualidade ainda precária dos serviços de saúde e educação públicas, o déficit de creches, a poluição remanescente, o aumento de favelas e a moradia precária de muitos paulistanos, a exclusão e a desigualdade social, o desrespeito aos direitos humanos, a falta de civilidade e a ausência de cordialidade no relacionamento cotidiano entre os moradores da cidade têm levado nossa juventude à violência e a nossa sociedade ao ceticismo e à desesperança de um futuro melhor, a atitudes

individualistas e defensivas, ao medo, resultando em descrença nas políticas públicas e na democracia.

Ao mesmo tempo São Paulo possui imensos recursos humanos, financeiros, econômicos, educacionais, tecnológicos, culturais e sociais. Graças à iniciativa e empenho de governos, instituições públicas e ao grande número de ações novas e contínuas de organizações da sociedade civil, empresas de responsabilidade social, terceiro setor e cidadãos conscientes, a cidade de hoje é, em alguns aspectos, melhor do que a de ontem. Todavia, em virtude da interrupção de alguns bons projetos urbanos, a desarticulação entre as ações da sociedade, a descontinuidade de políticas públicas, a falta de coordenação entre políticas governamentais e projetos da sociedade civil, além do desencontro entre problemas, carências, soluções e recursos, não estão permitindo que a cidade se desenvolva de forma sustentável, isto é, de forma a viabilizar no curto, médio e longo prazo, uma vida melhor para os seus habitantes.

Concomitantemente aos problemas sociais e econômicos de um mundo globalizado e em transformação, o aquecimento global, a crise ambiental, o esgotamento e a depredação dos recursos naturais representam um enorme risco para o planeta e as futuras gerações (nossos filhos e netos). Para recuperar a confiança da população nos processos políticos e valorizar a democracia participativa e direta, promover o desenvolvimento sustentável e tornar São Paulo uma cidade que ofereça qualidade de vida a seus habitantes e

às futuras gerações, é necessária uma ampla e nova mobilização da sociedade.

Esta mobilização deverá ser capaz, por sua abrangência, representatividade, credibilidade, comprometimento e eficácia, construir uma força política, social e econômica capaz de comprometer a sociedade e sucessivos governos com uma agenda e um conjunto de indicadores e metas, de curto, médio e longos prazos, articular e promover redes de ações e intervenções visando o desenvolvimento justo e sustentável da cidade de São Paulo. Pela visibilidade e importância da cidade de São Paulo este processo poderá tornar-se exemplar, demonstrando que a nossa São Paulo tem, em seu interior, as sementes de outra cidade possível⁴⁰.

A atividade da *Rede Nossa São Paulo* é apoiada pelo *Instituto São Paulo Sustentável*, associação sem fins lucrativos que recebeu a qualificação de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) que lhe assegura serviços administrativos, de apoio jurídico, de arquivo e memória, de facilitação de espaços para reuniões, de contratação de serviços, de publicações e de difusão das atividades do movimento. Os recursos utilizados pelo *Instituto São Paulo Sustentável* provêm de pessoas e empresas interessadas em assegurar o desenvolvimento da Rede Nossa São Paulo, tendo sempre preservadas sua autonomia e independência.

Para colocar em prática as ações e campanhas que realiza, a *Rede Nossa São Paulo* conta com o apoio profissional de sua secretaria-executiva. Sediada no bairro de Pinheiros, tem como atribuições principais a coleta dos indicadores e a

⁴⁰ Manifesto Nossa São Paulo. Versão Digital. Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/manifesto>. Acesso em: 29/4/2013.

atualização do *Observatório Cidadão*, a articulação dos GTs temáticos e regionais, a organização e a logística dos eventos, a coordenação dos processos de comunicação, o desenvolvimento e a manutenção deste portal e o gerenciamento administrativo dos recursos. O *Observatório Cidadão* disponibiliza um conjunto de indicadores sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais sobre a cidade de São Paulo e cada uma de suas 31 subprefeituras e 96 distritos, que serão constantemente atualizados, avaliados e divulgados para toda a sociedade.

O programa *Cultura Cidadã* afirma realizar ações e campanhas visando mudanças no comportamento da população, revalorização do espaço público e a melhoria da autoestima e o sentimento de pertencimento cidade. A *Rede* também atua no sentido de promover parcerias entre empresas, organizações não-governamentais, subprefeituras e secretarias municipais para implementar as ações e campanhas do *Cultura Cidadã* e também para incentivar programas sociais mais urgentes. Realizar parcerias com os meios de comunicação para ampliar a divulgação do acompanhamento dos indicadores e metas e para contribuir com as campanhas educativas e as ações participativas.

O *Programa Cidades Sustentáveis* oferece aos prefeitos uma agenda completa de sustentabilidade urbana associada a indicadores e casos exemplares, como referências a serem seguidas pelos gestores públicos. Para isso, oferece ferramentas como o *Plataforma Cidades Sustentáveis*, uma agenda para a sustentabilidade das cidades que aborda as diferentes áreas da gestão pública, em doze eixos temáticos, e incorpora de maneira integrada as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural.

Em 2012, por exemplo, Sérgio Vaz, organizador da *Cooperifa*, ganhou o *Prêmio Cidadão Sustentável*, parceria entre o *Catraca Livre* e a *Rede Nossa São Paulo*. Escolhido por uma banca de jurados que indicam uma personalidade que

conseguiu transformar a cidade de São Paulo e votado em júri popular, a ideia da premiação é discutir propostas e pensar no futuro da cidade.

Em primeiro a mobilização, através de campanhas para adoção da Plataforma e admissão dos compromissos com o Programa, além da promoção de candidatos a cargos executivos comprometidos com tal; Em segundo compromissos, para que esses candidatos possam confirmar seu engajamento com o desenvolvimento sustentável assinando a *Carta Compromisso*. Com isso, os signatários eleitos deverão estar dispostos a promover a *Plataforma Cidades Sustentáveis* em suas cidades e a prestar contas das ações desenvolvidas e dos avanços alcançados por meio de relatórios, revelando a evolução dos indicadores básicos relacionados a cada eixo; e por fim, benefícios para as cidades participantes, que segundo o movimento ganharão visibilidade em materiais de divulgação e na mídia, terão acesso a informações estratégicas e trocarão experiências com outras cidades, além de fazerem parte de um movimento inédito no Brasil que representa um passo a mais no processo de construção de cidades mais justas, democráticas e sustentáveis.

2.4.2 Cultura Periférica como objeto político

Em um primeiro momento entendem-se, como pressupostos, as atividades político-culturais promovidas nas periferias de São Paulo como um movimento de protesto em relação ao abandono das autoridades nessas localidades. Desta forma, os agitadores culturais vão se constituindo como mediadores na promoção de ferramentas de educação e acessibilidade em prol dos *Direitos Humanos*.

Sob o discurso dos agitadores culturais em suas manifestações, percebe-se que as referidas organizações funcionam como formas de promover e suprir a falta e necessidade de infraestrutura e políticas sociais nessas localidades.

Porém, percebe-se que os movimentos político-culturais ligados à alegada carência nessas regiões estão em conformidade estrita ao discurso das autoridades em grandes programas humanitários da própria ONU e suas extensões, como o referido PNUD, a UNESCO e *Underground Sociabilities*.

As autoridades municipais locais se encontram de acordo com as agendas de metas em relação à erradicação da pobreza, igualdade social e Direitos Humanos. Segundo minuta⁴¹ do projeto de Lei Municipal — decretado e promulgado pela então Prefeita do Município de São Paulo, em 23 de Agosto de 2002, Marta Suplicy —, as prioridades da política habitacional são as seguintes: moradia como direito social, prioridade para baixa renda, articulação da política habitacional com a política urbana, participação popular e controle social, estímulo à autogestão, respeito ao meio ambiente, diversidade de projetos e programas, descentralização, subsídios para baixa renda e criação de novas fontes de recursos — todas, historicamente, submetidas ao interesse da especulação imobiliária em meio à relação tortuosa da delegação da administração desses espaços públicos à empresas privadas.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica e o esgotamento das ligações das atividades culturais na periferia expuseram políticas de gestão sociocultural ligadas ao resgate dessas áreas por meios artísticos. Outro exemplo é a Lei Rouanet (Lei de Incentivo à Cultura nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991) e o recente trâmite do *Vale Cultura*.

Levantamento feito pelo Minc revelou que a lei criada para qualificar e ampliar o acesso aos recursos, financiar todas as dimensões da cultura brasileira, em todas as regiões do Brasil estava longe de seu objetivo, “pois 92% da população continuavam sem nunca ter ido a um museu ou a uma exposição

⁴¹ Plano Diretor Estratégico. LEI Nº 13.430, de 13 de Setembro de 2002 (Projeto de Lei nº 290/02, do Executivo). Título II - Das políticas públicas: objetivos, diretrizes e ações estratégicas. Capítulo I - Do desenvolvimento Econômico e Social, Artigo 15 e Artigo 80 de Políticas e Desenvolvimento habitacional.

de arte e 78% nunca foram assistir a um espetáculo de dança⁴²”, afirma o então secretário de Incentivo e Fomento à Cultura do Ministério da Cultura, Roberto Nascimento.

Uma das propostas da reforma é justamente transformar o Fundo Nacional de Cultura (FNC) como fator principal no processo de financiamento à cultura. Um dos maiores problemas, de acordo com Nascimento, é que na forma como a lei funciona hoje, o FNC permite apenas a doação de 80% do valor de um projeto e na nova proposta da lei o fundo passaria a fazer empréstimos, poderia ser parceiro ou sócio de projetos culturais e fazer repasse para fundos municipais e estaduais.

Grande divulgador do projeto da *Cooperifa* em São Paulo, o PSOL e o então deputado Carlos Giannazi, em conjunto com os movimentos de cultura da periferia alegam que se faz necessário inverter as prioridades nas cidades fazendo da periferia o centro. “A *Cooperifa* tem dado uma grande contribuição nesse sentido, organizando e politizando os artistas da periferia paulista para que eles também reivindiquem seus direitos, que nada mais são do que direitos de cidadão”⁴³.

Durante a primeira visita da *Cooperifa* no Rio de Janeiro, em Julho de 2012, Gianazzi,, então candidato a prefeito da cidade de São Paulo esteve presente junto ao presidente do PSOL da cidade de São Paulo Maurício Costa, *ApaFunk* e com o jornalista da Rede Globo Chico Pinheiro. Como apontado aqui, entende-se que o movimento aconteceu da periferia paulista para a periferia carioca, transgredindo os limites territoriais impostos pela transformação da favela em comunidade.

Aponta-se, tanto por Sérgio Vaz quanto pelos integrantes do PSOL que “a *Cooperifa* invadiu o morro com o sarau e mostrou que a cultura popular está

⁴² Disponível em: <http://www.blogacesso.com.br/?p=1719>. Acesso em: 12/12/2012.

⁴³ Idem.

viva e a resistência continua. O mesmo problema que enfrentamos aqui (São Paulo) com o fechamento do sarau do Binho eles também enfrentam lá (Rio de Janeiro), com a inaceitável proibição do funk. Na prática é a criminalização da cultura da periferia promovida aqui pelo Gilberto Kassab e lá pelo Eduardo Paes”⁴⁴.

A reforma visa, em geral, democratizar o acesso à cultura e regionalizar os recursos públicos, dessa maneira o secretário do Ministério finalizou sua participação insistindo na força da sociedade civil organizada: “Nós estamos tentando fazer algo que é muito complicado e difícil, que é mudar a legislação. Mas acho também fundamental uma mudança no comportamento da sociedade. O futuro é de responsabilidade de todos nós. É fundamental que se mantenha esse tipo de mobilização para a realização de encontros e seminários como o de hoje ”⁴⁵

Nesse sentido, o setor privado promove ações culturais a fim, dentre outras coisas, divulgar sua marca como financiadora de projetos culturais ligados a populações de alegada carência e garantir, de acordo com a Lei, renúncias fiscais que podem chegar a 100%. O levantamento de ligações externas, especialmente das referidas organizações periféricas, revelou que o Itaú Cultural se apresenta como um grande parceiro das atividades e produções culturais nas referidas organizações periféricas, além de despertarem o interesse de autoridades específicas.

O *Programa Rumos*⁴⁶, principal meio de apoio do Itaú Cultural à cultura brasileira tem como um de seus objetivos valorizar a diversidade brasileira e

⁴⁴ Disponível em: <http://democraciarealja.blogspot.com.br/2012/07/cooperifa-apafunk-carlos-giannazi-e.html>. Acesso em: 17/07/2013.

⁴⁵ Disponível em: <http://www.blogacesso.com.br/?p=1719>. Acesso em: 13/12/2012.

⁴⁶ Disponível em: <http://novo.itaucultural.org.br/conheca/programa-rumos/>. Acesso em: 02/03/2013

estimular, onde se fazem necessárias, a criatividade e a reflexão sobre a cultura em nosso país. Já o programa *Conexões Itaú Cultural* contempla um mapeamento inédito da presença da literatura brasileira no mundo, seja na mídia, na pesquisa universitária ou no mercado editorial, além de realizar encontros de pesquisadores que trabalham com literatura brasileira no Brasil e no exterior. O projeto surgiu a partir da constatação de que, desde a Feira de Frankfurt, na Alemanha, em 1994, e a Feira de Guadalajara, México, em 2001, há um aumento no interesse na literatura brasileira⁴⁷.

Os objetivos gerais do *Conexões Itaú Cultural* são mapear e identificar o perfil de estudos de literatura e cultura brasileiras, a fim de que a médio e a longo prazo esse mapeamento vá gerar um conjunto de informações que acredita-se trazer uma percepção mais apurada da presença da literatura brasileira mundo. Além disso, o mapeamento deve colaborar para que escritores, gestores públicos, editores e produtores culturais identifiquem políticas culturais e tendências de interesse para o conhecimento, entendimento e fortalecimento da literatura e, por consequência, da cultura brasileira e do país.

Em Junho de 2009, o escritor Ferréz lançou o documentário *Literatura e Resistência* durante o evento “Antídoto – Seminário Internacional de Ações Culturais em Zonas de Conflito”, promovido pelo Itaú Cultural. A produção mostra os 11 anos de trajetória do artista que acumula a autoria de diversos livros, entre eles *Capão Pecado* e *Ninguém é Inocente* em São Paulo. Enfoca os projetos que o ativista periférico desenvolve em comunidades no Brasil, na Itália, na França, na Alemanha, em Portugal e na Espanha, sempre com foco na literatura.

Já Agosto de 2011, a *Cooperifa* realizou, no Jd. Guarujá, a 1ª *Mostra Cinema na Laje* com o apoio do *Itaú Cultural* e do *Instituto Pólis*. Foram exibidos,

⁴⁷ Disponível em: <http://conexoesitaucultural.org.br/>. Acesso em: 16/01/12.

gratuitamente, documentários e filmes de ficção do Brasil e do mundo com o objetivo de, segundo os organizadores e colaboradores “apresentar um panorama do que tem se construído como texto audiovisual, como discurso pelas camadas populares através do audiovisual, dentre os coletivos e diretores dedicados a pensar as questões da desigualdade social, da identidade cultural e da produção artística 48”.

Com direção do *Pólis*, por exemplo, foi exibido o documentário *Olhares Extremos – Grajaú em cena*, no qual artistas da periferia paulistana discutem como fazer um documentário relativo ao mapeamento de saraus culturais em São Paulo e qual o potencial de sua arte no contexto em que vivem e trabalham. Outro documentário que merece relevância denomina-se *Linha de Ação*, no qual apresenta-se uma série de crônicas sobre culturas urbanas e arte coletiva de resistência nas periferias do mundo. Segundo artistas presentes na obra, “Uma ponte entre dois pontos de vista de artistas-cidadãos que criam em extremos opostos da cidade de São Paulo⁴⁹”, em reforço à concepção da dualidade geográfica-espacial aqui apresentada.

No sentido de incentivar a cultura, o *Vale Cultura* revela-se como um benefício estatal que será destinado a todos os trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos, com o objetivo de garantir meios de acesso e participação nas diversas atividades culturais desenvolvidas no Brasil. Na prática torna-se parecido com o vale-transporte ou o vale-refeição, pois, em posse de um cartão magnético com um vale mensal de R\$ 50, que complementarará seu salário, poderá utilizá-lo para entrar em teatros, cinemas, comprar livros, CDs e consumir outros produtos culturais. A implementação de programas como o Vale Cultura tem dois objetivos claros, segundo o atual

⁴⁸ Disponível em: <http://raquelrolnik.wordpress.com/tag/cooperifa/>. Acesso em: 29/07/2013.

⁴⁹ Disponível em: <http://raquelrolnik.wordpress.com/tag/cooperifa/>. Acesso em: 29/07/2013.

secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, Henilton Parente de Menezes: “Primeiro, fortalecer o mercado consumidor de bens e serviços criativos e, segundo, contribui para a formação de cidadãos apreciadores e consumidores de cultura”⁵⁰.

O Projeto de Lei que institui o benefício está na Câmara dos Deputados aguardando aprovação final, após o recebimento de emendas dos parlamentares do Congresso Nacional. Após o trâmite, será enviado à sanção presidencial e publicação. Isto feito, o programa deverá ser regulamentado em 60 dias. O Vale Cultura reforça o conjunto de políticas sociais destinadas às demandas das autoridades de gestão social e, por consequência, encontra-se de acordo com os referidos fóruns mundiais em prol dos Direitos Humanos e dos investimentos do setor privado em favor do sistema capitalista. Assim, o discurso de resistência e mediação de ferramentas do estado em localidades de alegada ausência relativa do Estado está, na verdade, em conformidade com os discursos das autoridades e do setor privado.

2.5 Conclusão

Em um primeiro momento se estabeleceu a dualidade centro-periferia e a construção de alegada carência e necessidade de recursos tanto por quem mora ali dentro quanto por aqueles que enxergam essa necessidade no setor privado e estatal. Esse discurso tomou forma e conteúdo principalmente nos anos 1990 por meio de atividades e produções político-culturais que visam, até hoje, dar voz aos problemas que encaram na realidade das localidades periféricas e mais, promover a mediação entre Estado e sociedade civil organizada no que diz respeito ao acesso à cultura e a cidadania. A formação de

⁵⁰ Disponível: <http://www.brasil.gov.br/sobre/cultura/iniciativas/vale-cultura>. Acesso em: 15/01/2013.

um *ethos* da periferia sobre o qual apenas quem mora ali compartilha fez com que essa localidade ganhasse movimentação e atividade da sociedade civil organizada.

Para isso, revelou-se a emergência do Hip Hop e posteriormente de uma cultura periférica com base na literatura e na música ligada, estritamente, ao resgate do orgulho e do sentimento de morar na periferia. Atividades culturais ligadas à transformação desses ambientes por meio da cultura expuseram a conformação de um conceito de cultura periférica, cujo mote se dá em torno da ideia de se produzir e consumir o que se produz nessas localidades pela sua própria população. O que os agitadores culturais entendem e nomeiam como autogestão, mas que a pesquisa localizou, inicialmente, como um correlato ao que se entende por sustentabilidade econômica e social concluiu-se o uso do termo ligado, única e exclusivamente como a capacidade de sustentar a si e ao negócio social tanto em produção, consumo e participação.

Nos dias atuais, práticas locais de comunidades periféricas interligam-se a ações em direção à diminuição das desigualdades e da produção cultural como meio do resgate do orgulho de pertencer à essas localidades. As organizações e associações usam termos como autogestão e experiência educativa sem que se aproximem de qualquer tipo de exercício de libertação e, nesse sentido, anunciam a adequação de uma nova política social de ação local que moldam práticas para a produção de condutas.

A *1daSul* e a *Cooperifa* integram movimentos sociais e, coletivamente, partilham de uma racionalidade de mercado que produz histórias individuais de vitória na produção do capital humano em empreendimentos sociais⁵¹. As parcerias, apoios e compartilhamentos nas ações sociais que estão em conformidade com programas da ONU como o PNUD e a UNESCO perdem

⁵¹ Aqui, entende-se empreendedorismo social como empresas e organizações com o intuito de avançar questões sociais e ambientais, as quais as mesmas tem a capacidade de reconhecer - caracterizadas, enfim, pela tentativa de retornos sociais acima da maximização de lucros.

seu caráter de enfrentamento homogeneizado no interior dessas novas práticas, sendo que práticas de resistência acabam por serem inibidas pela possibilidade infindável de melhoria nessas localidades. (Acácio Augusto, 2012)

Para além, expor as ligações do Hip Hop e da posterior cultura periférica como meio para formação de um *ethos* periférico (Magnani, 2006: 39) aparecem como referências na conceituação de sociabilidades pelo programa de extensão da UNESCO no Brasil. Destaca-se nesse momento a necessidade de levar a fundo a inversão do discurso de verdade relativo à periferia e aos seus moradores. Visto que historicamente essas localidades se caracterizam pelos critérios de falta, as organizações aqui estudadas anunciam a necessidade e a possibilidade de se definir e diferenciar aquelas pessoas, hoje, pelo que têm e que o centro não pode alcançar — pois se dá como algo próprio da cultura dessas regiões.

Programas de renovação de desigualdades como os da ONU, ONG's, parcerias público-privado e Estado em conformidade exigem a participação da população com uma nova conduta.

Trata-se de um programa político de *educação das comunidades* pelo qual seus habitantes aprendem a sobreviver em espaços fechados de maneira pacífica e colaborativa, sob o preço de variados deveres. Ocupados e imantados em *programas* de segurança e de *renovação das desigualdades* estas pessoas, esgotadas em suas forças, não têm tempo para pensar outras maneiras de dar rumo às suas vidas. Tornam-se clientes do Estado, das forças repressivas, de ONGs e das mídias, como *felizes miseráveis, pobres e eufóricos*, sob uma agradecida maneira de sobreviver que lhes é obrigada como dádiva. Seja pela sua incapacidade de inovar, pela sua subserviência, que oscila entre obedecer ao tráfico e *participar* de programas de parcerias público-privadas,

ou pela impossibilidade de sublevar-se diante de tanta filantropia, eles permanecem prostrados⁵².

A pesquisa presente revela, dessa maneira, o conceito de sociabilidade na busca por sua descoberta nos cotidianos periféricos, que alegam estar geralmente ocultos pela segregação e exclusão social. Objetiva-se revelar a cultura periférica, tanto como expressão da identidade cultural quanto como um protesto indignado contra a alegada ausência do Estado e suas políticas sociais na região. Para isso, investe na formação de um *ethos* ligado à valores e costumes das comunidades próprias dessas localidades periféricas. As comunidades e espaços periféricos em questão devem ser entendidos de maneira social, pois o termo periférico se constitui em relação ao centro do poder- periférico no sentido de “à parte”, de “segregação” social e não acesso a determinados bens econômicos, sociais e culturais.

Do ponto de vista político, para análise e desenvolvimento da pesquisa, os conceitos de *Resiliências* — capacidade elástica de feições diversas sob impacto, deformação e nova formação na sociedade de controle, uma adequação adaptativa que por efeitos geram o apaziguamento de confrontos⁵³ — e *penalizações a céu aberto* — que hoje pode ser visto como uma política de penalizações e governo de condutas articulados de forma compartilhada por meio de convocações democráticas à participação (Passetti, 2003) aparecem de forma latente no discorrer das ações sociais descritas.

Em relação ao local de moradia, associar o bairro, a localidade, a uma categoria mais ampla chamada periferia, como o fez o movimento hip-hop, tornou os limites geográficos e territoriais do bairro algo menos delimitado e

⁵² Disponível em: <http://www.nu-sol.org/hypomnemata/boletim.php?idhypom=153>. Acesso em: 25/07/2013.

⁵³ OLIVEIRA, Salete. **Política e Resiliência – apaziguamentos distendidos**. Revista Ecológica número 4, 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13067/9568>. Acesso em: 03/03/2013.

possibilitou certa cumplicidade entre os moradores de diferentes bairros periféricos da cidade. Afirmar ser morador da periferia, nesse contexto, significa ultrapassar os limites territoriais da vila ou do bairro comuns na identidade de guetos e pequenas comunidades.

A transformação semântica da palavra periferia também cumpriu um papel importante no fortalecimento de redes de articulação dos coletivos de diferentes lugares da cidade, para além de seus bairros de origem. Ao se assumir como um coletivo de arte periférica, o grupo estabelece uma conexão quase automática com outros coletivos de outras regiões. E esse é um aspecto muito apontado pelos próprios coletivos, de que há uma movimentação cultural mais ampla, para além de uma ou outra experiência pontual, identificada aí como arte ou cultura de periferia na cidade.

Nas contemporâneas *comunidades* prepondera a obediência e se expressa, racionalmente, a vontade conservadora de uniformidade e nivelamento. Opera segundo uma gestão de poder individualizante e totalizadora, fazendo com que cada indivíduo participe ativamente do governo da comunidade na mesma proporção em que se torna polícia de si próprio e do alheio. A vida em comunidade é o princípio mais elementar de servidão, organizador histórico da política de grupos identitários. A comunidade conserva ou delimita costumes identitários e inibe a experimentação de inovações; na sociedade de controle torna-se um dispositivo dos programas de administração da miséria e de gerenciamento das penas⁵⁴. (Verbetes. Nu-Sol/Núcleo de Sociabilidade Libertária. Versão Digital)

O estabelecimento do sentimento de orgulho e pertencimento de fazer parte de uma comunidade onde se alega relativa carência da presença do Estado faz com que se apaziguem os conflitos em favor de melhores condições.

⁵⁴ Disponível em: <http://www.nu-sol.org/verbetes/index.php?id=30>. Acesso em: 12/7/3013.

Moradores que assimilam e assumem a ideia propositiva de morar em um espaço onde o Estado não está presente, senão na forma instrumentalizada da polícia militar e clamam por mais Estado por meio de atividades que promovem as agendas e metas dos *Direitos Humanos* assumem viver em um ambiente cuja tática de controle territorial de populações migrou do confinamento por meio da repressão estatal para a integração social por meio da proliferação de direitos. Desta maneira, as ações sociais se caracterizam como empresas voltadas para os negócios sociais o que colabora na formação de um sujeito empreendedor de si, que capitaliza a própria carência.

2.6 Bibliografia

AUGUSTO, Acácio. *Penalizações a céu aberto, uma política planetária*. Revista Ecopolítica número 4, 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13062/9565> . Acesso em: 06/03/2013.

EBLE, Laeticia Jensen. *(Auto)Biografias Urbanas: Percursos Possíveis pela Literatura Marginal*. Revista Iberical, Universidade de Sorbonne, Paris.

MAGNANI, José G.C. *Trajetos e trajetórias: uma perspectiva da antropologia urbana*. Sexta-Feira nº 8, São Paulo, Ed. 34, 2006 (entrevista concedida ao corpo editorial da revista RUA), p. 30-43.

MOASSAB, Andréia. *Brasil Periferia(s): A comunicação Insurgente do Hip Hop*. São Paulo: EDUC, 2011.

MARQUES, Eduardo Torres, Haroldo da Gama e Saraiva, Camila. *Favelas no Município de São Paulo: Estimativas de População para os anos de 1991, 1996 e 2000*. R. B. Estudo Urbanos e Regionais. Volume 5 , número 1, 2003.

NASCIMENTO, Érica Peçanha. *Vozes Marginais da literatura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

SOUSA, Rafael L. - *O Movimento Hip Hop: a anticordialidade da "República dos Manos" e a estética da violência*. São Paulo: Annablume, 2013.

NASCIMENTO, Érica Peçanha. *Literatura Marginal: os escritores da periferia entram em cena*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-03092007-133929/pt-br.php>.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. *A periferia de São Paulo: revendo discursos, atualizando o debate*. RUA [online]. 2010, no. 16. Volume 2 - ISSN 1413-2109. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

OLIVEIRA, Salete. *Política e Resiliência – apaziguamentos distendidos*. Revista Ecopolítica número 4, 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13067/9568>. Acessado em: 03/03/13.

Passetti, Edson. *Anarquismos e Sociedade de Controle*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

uma análise das performances de Ferréz. Disponível em: RIBEIRO, Gilvan Procópio e MIRANDA Waldilene Silva. *Intelectuais da Periferia*: <http://www.ufjf.br/revistaipotese/files/2011/05/8-Intelectuais.pdf>. Acesso em: 24/10/12.

VAZ, Sérgio. *Cooperifa: antropofagia periférica*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008.

ONU. PNUD. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/>. Acesso em 11/01/13.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Disponível em: http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/projeto_fluxo_declaracao_universal_dos_direitos_humanos_de_1948.pdf. Acesso em: 15/12/12.

ONU. UNESCO. Disponível em: Disponível em: <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/unesco>. Acesso em: 13/12/12

Caros Amigos (Suplemento Literário). *Literatura Marginal: a cultura da periferia: Ato I*. São Paulo, agosto de 2001.


Caros Amigos (Suplemento Literário). *Literatura Marginal: a cultura da periferia: Ato II*. São Paulo, junho de 2002.

Caros Amigos (Suplemento Literário). *Literatura Marginal: a cultura da periferia: Ato III*. São Paulo, abril de 2004.

2.7 Anexo

1. O mapeamento de saraus periféricos na cidade de São Paulo foi realizado pelo periódico *Folha de São Paulo* em matéria realizada em 2010, “Crescimento de saraus espalha poesia por São Paulo; veja mapa”.

SÃO PAULO DECLAMA Alguns saraus literários na região metropolitana



1 Sarau da Cooperifa
> bar do Zé Batidão - r. Bartolomeu dos Santos, 797, Jardim Guarujá
> toda 4ª, às 20h40, 0/xx/11/5891-7403
coleccionadordepedras1.blogspot.com

2 Sarau do Binho
> bar do Binho - r. Dr. Avelino Lemos Jr., 60, Campo Limpo
> toda 2ª, às 21h, 0/xx/11/5844-4535
saraudobinho.blogspot.com

3 Suburbano Convicto
> livraria Suburbano Convicto - r. 13 de Maio, Bexiga
> toda 3ª, às 20h
sarausuburbano.blogspot.com

4 Sarau da Casa das Rosas
> Casa das Rosas - av. Paulista, 37 - Bela Vista
> todo sábado, às 19h, 0/xx/11/3285-6986
casadasrosas-sp.org.br

5 Poesia na Brasa
> bar do Carlita - r. Profº Viveiros Raposo, 534, Brasilândia
> quinzenal, aos sábados, 19h
brasasarau.blogspot.com


6 Elo da Corrente
> bar do Santista - r. Jurubim, 788-A, Pirituba
> algumas 5ªs, às 21h, 0/xx/11/3903-2649
elo-da-corrente.blogspot.com

7 Pávio da Cultura
> Centro Cultural de Suzano - r. Benjamin Constant, 682, centro, Suzano
> 2º sábado do mês, às 20h
literaturanobrasil.blogspot.com

8 Sarau da Ademar
> bar do Rui - r. Prof. Felício Cintra do Prado, 152, Cidade Ademar
> alguns domingos, 17h
sarau-da-ademar.blogspot.com

9 Cabaret Revoltaire
> Beat Club - r. Augusta, 625, Consolação
> quinzenal, às 3ªs, 0/xx/11/3255-0804

10 Sarau do Charles
> Gam Yoga - r. Fradique Coutinho, 1004, Vila Madalena
> mensal, aos sábados, 0/xx/11/3537-9331
rasodacatarina.com.br


Encontros com entrada grátis.
As inscrições para declamar
são por ordem de chegada

(Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u683409.shtml> . Acesso em: 29/11/12).

Para além, constituída em 1995, a POIESIS – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura é uma organização não governamental que, em 2008, recebeu a qualificação de Organização Social (OS) por parte do Governo do

Estado de São Paulo, tornando-se assim capacitada para exercer políticas sociais na área cultural.

A instituição, que tem por objetivo o desenvolvimento sociocultural e educacional, com ênfase na preservação e difusão da língua portuguesa, desenvolve e gere programas e projetos, pesquisas e espaços culturais, museológicos e educacionais voltados para o complemento da formação de estudantes e público em geral. A POIESIS trabalha com o propósito de propiciar espaços de acesso democrático ao conhecimento, de estímulo à criação artística e intelectual e de difusão da língua e da literatura.

O seu projeto, Pontos de Poesia surgiu da percepção de que o movimento poético tem se consolidado e crescido muito nos últimos cinco anos na Grande São Paulo, espalhando-se por todos os cantos da maior cidade de língua portuguesa do mundo. Assim, decidiu-se por mapear os saraus poéticos que acontecem na metrópole e, em 2009, registramos 32 pontos de poesia que estimularam a criação de novos pontos. Na pesquisa de campo e descobriu-se que o número de saraus quase dobrou, refletindo a possibilidade e riquezas em áreas carentes de literatura.

2. O símbolo da marca *1daSul*, criada pelo rapper e ativista cultural da periferia Ferréz.



(Disponível em: <http://dante500anos.blogspot.com.br/2011/06/viu-o-que-e-1dasul.html>. Acesso em: 20/07/2013).

Tabelas:

1)

Tabela 2.1. Número de vítimas letais por armas de fogo na população total e na jovem segundo causa básica. Brasil. 1980/2010

ANO	POPULAÇÃO TOTAL					15 A 29 ANOS				
	Acidente	Suicídio	Homicídio	Indeter- minado	Total arma de fogo	Acidente	Suicídio	Homicídio	Indeter- minado	Total arma de fogo
1980	386	660	6.104	1.560	8.710	155	292	3.159	809	4.415
1981	448	731	6.452	1.689	9.320	189	365	3.325	856	4.735
1982	467	657	6.313	1.608	9.045	206	312	3.118	839	4.475
1983	566	789	6.413	3.062	10.830	242	348	3.215	1.633	5.438
1984	515	766	7.947	3.350	12.578	242	337	4.061	1.851	6.491
1985	575	781	8.349	3.783	13.488	265	334	4.482	2.098	7.179
1986	669	788	8.803	4.609	14.869	334	347	4.750	2.562	7.993
1987	677	951	10.717	3.747	16.092	304	394	5.711	2.081	8.490
1988	586	827	10.735	4.978	17.126	279	360	5.760	2.778	9.177
1989	605	850	13.480	5.505	20.440	291	349	7.513	3.227	11.380
1990	658	989	16.588	2.379	20.614	329	427	9.193	1.264	11.213
1991	1.140	1.037	15.759	3.614	21.550	644	490	8.560	1.866	11.560
1992	859	1.085	14.785	4.357	21.086	496	479	7.718	2.172	10.865
1993	456	1.169	17.002	4.115	22.742	205	557	9.317	2.048	12.127
1994	353	1.321	18.889	3.755	24.318	161	603	10.455	1.882	13.101
1995	534	1.555	22.306	2.369	26.764	239	692	12.168	1.180	14.279
1996	270	1.543	22.976	1.692	26.481	117	636	12.428	781	13.962
1997	250	1.539	24.445	1.519	27.753	97	614	13.680	748	15.139
1998	371	1.407	25.674	2.759	30.211	181	545	14.643	1.437	16.806
1999	888	1.260	26.902	2.148	31.198	464	513	15.475	1.138	17.590
2000	329	1.330	30.865	2.461	34.985	143	508	18.252	1.347	20.250
2001	336	1.408	33.401	1.977	37.122	140	575	19.800	1.083	21.598
2002	318	1.366	34.160	2.135	37.979	123	549	20.567	1.247	22.486
2003	283	1.330	36.115	1.597	39.325	118	516	21.755	865	23.254
2004	201	1.247	34.187	1.478	37.113	88	471	20.827	822	22.208
2005	244	1.226	33.419	1.171	36.060	96	428	20.336	664	21.524
2006	404	1.138	34.921	897	37.360	188	406	20.939	471	22.004
2007	320	1.141	34.147	1.232	36.840	126	364	20.546	691	21.727
2008	353	1.123	35.676	1.506	38.658	153	375	21.475	801	22.804
2009	351	1.069	36.624	1.633	39.677	156	310	21.912	913	23.291
2010	352	969	36.792	779	38.892	152	299	21.843	400	22.694
Total	14.764	34.052	670.946	79.464	799.226	6.923	13.795	386.983	42.554	450.255
Δ %	-8,8	46,8	502,8	-50,1	346,5	-1,9	2,4	591,5	-50,6	414,0

Fonte: SIM/SVS/MS

2)

Tabela 6.4. Número e taxas de óbito (em 100 mil) segundo causa básica e raça/cor das vítimas. Brasil. 2010.

Raça/Cor	número				taxas (em 100 mil)			
	Acidente	Homí- cídio	Suicídio	Indeter- minado	Acidente	Homí- cídio	Suicídio	Indeter- minado
Branca	107	9.478	244	599	0,1	10,5	0,3	0,7
Preta	20	2.828	95	35	0,1	19,7	0,7	0,2
Amarela	2	33	1	2	0,1	1,6	0,0	0,1
Parda	206	22.198	376	291	0,2	26,8	0,5	0,4
Indígena	2	40	0	2	0,2	4,9	0,0	0,2
Total	352	36.792	779	969	0,2	19,3	0,4	0,5

Fonte: SIM/SVS/MS

Tabelas retiradas da versão digital disponível em:
http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf. Acesso em: 13/07/2013.